

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**

MARIA SOLANGE KRAUSS SIMÕES

**A DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA NA PUCPR: CONTEXTO HISTÓRICO,
SOCIAL E CULTURAL**

CURITIBA-PR

2017

MARIA SOLANGE KRAUSS SIMÕES

**A DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA NA PUCPR: CONTEXTO HISTÓRICO,
SOCIAL E CULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Pontifícia Universidade Católica do
Paraná como requisito parcial do
Mestrado em Teologia.

Orientador: Sergio Rogério Azevedo
Junqueira

**CURITIBA-PR
2017**

AGRADECIMENTOS

A Deus

A minha família

Aos Professores do Mestrado em Teologia

A Escola de Educação e Humanidades

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal entender como a disciplina de Cultura Religiosa pode colaborar na formação integral e humana dos seus discentes, investigando aspectos históricos, sociais e culturais da disciplina de Cultura Religiosa e também da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) afim de compreender como esses fatores influenciam o ensino aprendizagem desta disciplina e a sua importância na formação dos seus discentes preparando-os para atuar profissionalmente e também como cidadãos com uma postura ética e de profundo respeito ao ser humano e as suas práticas sociais e religiosas. Cada capítulo da pesquisa trará um dos objetivos específicos que são: analisar as políticas educacionais e suas implicações nas Instituições de Ensino Superior Católicas verificando como acontecimentos mundiais afetaram as políticas educacionais no contexto brasileiro; identificar o contexto histórico e atual da disciplina de Cultura Religiosa na PUCPR através de fontes documentais da instituição e também da Igreja Católica; e por fim uma reflexão sobre o conceito de diversidade cultural, social e religiosa tão presentes nas disciplina de cultura religiosa

Palavras chave: Disciplina de cultura religiosa. Formação humana. Instituições Católicas de Ensino Superior. Missão. Diversidade

ABSTRACT

The present research has as main objective to understand how the discipline of Religious Culture collaborates in the integral and human formation of its students, investigating historical, social and cultural aspects of the discipline of Religious Culture and also of the Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR) in order to understand How these factors influence the teaching learning of this discipline and its importance in the training of its students preparing them to act professionally and also as citizens with an ethical posture and deep respect to the human being and their social and religious practices. Each chapter of the research will have one of the specific objectives that are: analyze educational policies and their implications in Catholic higher education institutions, verifying how world events have affected educational policies in the Brazilian context; To identify the historical and current context of the discipline of Religious Culture in PUCPR through documentary sources of the institution and also of the Catholic Church; And finally a reflection on the concept of cultural, social and religious diversity so present in the discipline of religious culture

Key words: Discipline of religious culture. Human formation. Catholic Institutions of Higher Education. Mission. Diversity

LISTA DE SIGLAS

PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC Campinas – Pontifícia Universidade de Campinas
IES – Instituição de Ensino Superior
ABE – Associação Brasileira de Educadores
CCBE – Conferência Católica Brasileira de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
CNPQ – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior
LDB- Lei de Diretrizes e Base
PNA – Plano Nacional de Educação
MEC – Ministério da Educação
FUNDEP – Fundação do Desenvolvimento da Pesquisa
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
PROUNI – Programa Universidade para Todos
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
SEED – Secretaria Estadual de Educação
CEE – Conselho Nacional de Educação
DRE – Delegacia Regional de Educação
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
PROAÇÃO – Programa de Ação Comunitária e Ambiental
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
TDE – Trabalho Discente Efetivo
ATA – Antropologia Teológica A
UNESCO – *United Nation Educational Scientific and Cultural Organization*
ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
OMS – Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	8
2 POLITICAS EDUCACIONAIS, ENSINO SUPERIOR E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA NO BRASIL.....	15
2.1 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – HISTÓRICO E INFLUÊNCIAS	18
2.2 A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA.....	26
2.3 A PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ- TRAJETÓRIA E MISSÃO.....	34
3- DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA NA PUCPR – CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL.....	40
3.1 ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO DA DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA.....	51
3.2 A DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA EM OUTRAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS DE ENSINO SUPERIOR.....	54
4 - DIVERSIDADE: REFLEXÃO CULTURAL, SOCIAL E RELIGIOSA PRESENTES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	60
4.1 DIVERSIDADE CULTURAL.....	61
4.2 DIVERSIDADE SOCIAL	64
4.3 DIVERSIDADE RELIGIOSA.....	67
4.3.1 A leitura religiosa no ambiente escolar	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76
FONTES DOCUMENTAIS:	79
ANEXOS	81

1-INTRODUÇÃO

Nas diversas áreas do conhecimento, a ligação do humano com o transcendente se faz presente, seja na busca pela explicação da existência ou na compreensão de fenômenos naturais do cotidiano. Pode-se observar como práticas culturais e sociais são marcadas por ritos e símbolos sagrados ligados de alguma maneira ao campo religioso; como por exemplo: o batismo, o casamento, orações antes de um time entrar em campo, músicas que remetem a reflexões de ordem espiritual, arte literatura e turismo entre tantos outros e não teria como ser diferente dentro de uma Universidade que acolhe pessoas das mais diversas culturas e práticas religiosas.

A disciplina de Cultura Religiosa faz parte do Eixo Humanístico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e é uma disciplina obrigatória para todos os cursos da Universidade, assim como as disciplinas de Ética, Filosofia e Projeto Comunitário que compõe o Eixo de formação humana

Como licenciada em Filosofia pela PUCPR, houve a experiência de cursar a disciplina de Cultura Religiosa que proporcionou a pesquisadora a oportunidade de conhecer com mais detalhes várias religiões através de um seminário organizado pelo professor da disciplina. Como parte da proposta do seminário a equipe ficou responsável pelo tema Hinduísmo e foram visitar um templo Hare Krishna de Curitiba. A experiência em ter contato com um ritual tão diferente trouxe o entendimento do quanto precisamos conhecer o outro. Os conhecimentos adquiridos nessa disciplina serviram para que muitos pré-conceitos fossem desmistificados tanto pessoalmente como para a turma. Na apresentação dos seminários todas as equipes puderam trazer representantes das religiões estudadas para que partilhassem a sua vivência religiosa, o que foi de extrema relevância para aprofundar os temas estudados. Esse contato com disciplina de Cultura Religiosa dentro do curso de graduação, despertou um sentimento de profundo respeito e também a vontade de prosseguir explorando o assunto como por exemplo: entender porque a Universidade oferece disciplinas voltadas a formação humana para todas as áreas de conhecimento, que além da Cultura Religiosa eram: Ética, Filosofia e Processos do Conhecer e qual é o impacto desses conteúdos na vida acadêmica e futuramente

na vida profissional dos seus discentes.

Entendendo que o conhecimento, a compreensão e a tolerância são caminhos muito importantes para aceitação e o respeito entre as pessoas dentro da nossa sociedade, a presente pesquisa tem como objetivo principal entender como a disciplina de Cultura Religiosa pode colaborar na formação integral e humana dos seus discentes. Para tanto foi necessário investigar aspectos históricos, sociais e culturais presentes na disciplina de Cultura Religiosa e também da instituição de ensino superior católica onde ela é dada: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) afim de entender como esses aspectos influenciam o ensino aprendizagem desta disciplina e como essa pode colaborar na formação dos seus discentes preparando-os para atuar profissionalmente e também como cidadãos com uma postura ética e de profundo respeito ao ser humano e as suas práticas sociais e religiosas.

Assim para encontrar o motivo da existência da disciplina de Cultura Religiosa como obrigatória para todas as áreas de conhecimento dentro da PUCPR foram pesquisados documentos da Igreja Católica como: Declaração *Gravissimum Educationis*, e a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*. Neles foi possível identificar a preocupação da Universidade com o diálogo entre fé e ciência, com a formação qualificada e com o testemunho cristão em meio ao mundo acadêmico.

Dessa forma, esta dissertação será subdividida em 3 capítulos sendo que cada um irá apresentar um objetivo específico: analisar as políticas educacionais e suas implicações nas Instituições de Ensino Superior Católicas; identificar o contexto histórico e atual da disciplina de Cultura Religiosa na PUCPR; refletir sobre o conceito de diversidade cultural, social e religiosa.

A metodologia dessa pesquisa será uma investigação exploratória que consistirá na compreensão e aprofundamento e dos conceitos abordados trazendo informações a respeito do assunto a partir do levantamento de referências bibliográficas permitindo conhecer fatos e fenômenos que compõe a diversidade Cultural e Religiosa do país, tão presentes na disciplina de Cultura Religiosa da PUCPR. Também será feito um levantamento do contexto histórico das Políticas Educacionais assim como das Instituições Católicas até chegar na criação da Universidade Católica do Paraná com ênfase na sua missão cristã. Essa abordagem

preocupa-se em interrogar fontes escritas sobre os temas que permeiam essa pesquisa e também a constituição e prática pedagógica dessa disciplina consultando suas ementas não perdendo de vista a compreensão de que o tempo é marcado por reformas e fatos históricos e que estes interferem diretamente no conteúdo da disciplina estudada.

O primeiro capítulo dessa pesquisa traz um apanhado histórico sobre as políticas educacionais da educação superior no país e as instituições de Educação superior Católicas chegando até a PUCPR e a sua missão. Esse capítulo tem como objetivo específico analisar as políticas educacionais e suas implicações nas Instituições de Ensino Superior Católicas verificando como acontecimentos mundiais afetaram as políticas educacionais no contexto brasileiro. Documentos apostólicos como a Declaração *Gravissimum Educationis* e a *Ex Corde Ecclesiae* foram utilizados na pesquisa; neles as universidades Católicas fundamentam todas as suas diretrizes e normas.

A Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* descreve que as Universidades Católicas precisam ser comunidades acadêmicas inspiradas pela mensagem de Cristo e leal a Igreja, voltadas ao ensino, à pesquisa e a extensão, dedicando-se à evangelização e formação integral de seus discentes os quais necessitarão receber uma formação norteada para condutas éticas e de solidariedade voltadas sempre para a valorização da dignidade humana conforme segue (1990):

É essencial convencer-mos da prioridade da ética sobre a técnica, do primado da pessoa sobre as coisas, da superioridade do espírito sobre a matéria. A causa do homem só será servida se o conhecimento estiver unido à consciência. Os homens da ciência só ajudarão realmente a humanidade se conservarem o sentido da transcendência do homem sobre o mundo e de Deus sobre o homem.

O Decreto *Gravissimum Educationis*, manifesta a admiração e o apreço da Igreja em relação às Universidades Católicas e reitera a autonomia das disciplinas nas grades curriculares e a liberdade de pesquisa científica. Também enuncia alguns ensinamentos essenciais para a educação cristã. O primeiro deles fala sobre o direito universal à educação (1965):

Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto gozarem da dignidade de pessoa, têm direito inalienável a uma educação

correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra. A verdadeira educação, porém, pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte.

Ainda como propósito de formação completa dos seus discentes todas as Universidades Católicas ancoram-se na Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* que recomenda que nas disciplinas de Teologia e Filosofia deve ser feita reflexão sobre o homem, sobre a realidade e sobre Deus. Com isso é proposto aos discentes uma nova visão de mundo e para o real sentido da vida com o auxílio de toda ciência e progresso que a pesquisa acadêmica possa oferecer. Existe a abertura para todas as manifestações religiosas, seja de alunos ou Professores e exige-se que haja respeito e tolerância entre todas, inclusive das práticas católicas manifestadas dentro da Universidade pois trata-se da identidade Institucional. A Constituição apostólica, estimula à convivência solidária, ao diálogo, ao espírito de cooperação e ao cuidado com a promoção da justiça social. Esses princípios são marcas presentes numa Universidade Católica conforme mostra a *Ex Corde Ecclesiae* (1965):

Toda a Universidade Católica, enquanto *Universidade* é uma comunidade Acadêmica que, dum modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e Desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais. Ela goza daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir as suas funções com eficácia, e garante aos seus membros a liberdade acadêmica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade no âmbito das exigências da verdade e do bem comum.

A procura de justificativa para existência dessas disciplinas de formação humana, ou Eixo Humanístico como assim é chamada dentro da PUCPR buscou-se estudar o que é uma Universidade Católica, qual o histórico das Universidades Católicas no país e qual é a identidade de uma instituição que tem a preocupação com a proximidade da ciência e da fé para a busca de uma verdade única afim de formar não somente profissionais mas pessoas de bem e com capacidade para agir de

forma ética seja qual for a área de atuação conforme enfatiza o Concílio Vaticano II para as Universidades Católicas, no item 8 da Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) sobre a educação cristã:

A Igreja acompanha igualmente com zelosa solicitude as escolas de nível superior, sobretudo as Universidades e as Faculdades. Mais ainda naquelas que dela dependem, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada com princípios próprios, método próprio e liberdade própria da investigação científica, que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda dela, e, consideradas cuidadosamente as questões e as investigações actuais, se veja mais profundamente como a fé e a razão conspiram para a verdade única, segundo as pisadas dos doutores da Igreja, mormente de S. Tomás de Aquino. E assim se consiga a presença pública, estável e universal da mentalidade cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior, e que os alunos destas instituições se façam homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para aceitar os mais importantes cargos na sociedade e ser testemunhas da fé no mundo.

O segundo capítulo tem como objetivo específico dessa pesquisa identificar o contexto histórico e atual da disciplina de Cultura Religiosa na PUCPR trazendo aspectos históricos através de fontes documentais. Essa disciplina que antes de 2000 era dividida em Teologia I e Teologia II e através das suas ementas e proposta destaca a sua importância como uma das três disciplinas do eixo humanístico. Esse capítulo também trará breve referência sobre a disciplina de Cultura Religiosa na Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC Minas) e também na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), além da descrição da realização do estágio supervisionado que foi feito junto a uma Professora dessa disciplina em cursos de áreas diferentes dentro da PUCPR.

Durante a pesquisa foram buscadas informações escritas sobre a história do Eixo de formação Humana da PUCPR, que a partir de 2000 passou a ser chamado de Eixo Humanístico. Das 4 disciplinas ofertadas antes de 2000, foi retirada a disciplina de Processos do Conhecer mantendo-se até os dias atuais as outras três: Ética, Filosofia e Cultura Religiosa, sendo essa última o objeto do estudo desta pesquisa.

A disciplina de Cultura Religiosa antes do ano 2000 era dividida em Teologia I e Teologia II. Foi possível localizar as ementas que mostram os conteúdos antigos e também os atuais. Foram pesquisadas nas atas de colegiados do curso de Teologia alguma referência específica sobre o Eixo Humanístico e a disciplina de Cultura

Religiosa, mas não foram localizadas.

Para aprofundar todos esses temas presentes na ementa da disciplina de Cultura Religiosa foi realizado um estágio de observação durante um semestre letivo, acompanhando o plano de ensino da disciplina junto com uma Professora de Cultura Religiosa. A cada mês o estágio era feito em uma das Escolas da PUCPR com o objetivo de observar como um mesmo conteúdo proposto na ementa da disciplina precisa ser tratado pelo Professor e como alunos das diversas áreas do conhecimento aceitam e participam das aulas propostas. Durante esse estágio foi possível observar que o conhecimento das diversas religiões no Brasil e fora dele, e das fundamentações humanísticas presentes nas suas teorias e práticas contribuem para uma postura de maior tolerância e respeito por parte dos discentes. Desenvolvem também um pensamento crítico e possibilita uma visão das dimensões antropológicas, sociais, éticas e espirituais presentes nas religiões. O reconhecimento desses aspectos são de profunda importância na formação dos discentes pois dessa forma é possível refletir sobre a realidade de cada ser humano, saindo de uma visão subjetiva para uma visão do ser humano na sua integralidade.

O terceiro e último capítulo traz como objetivo específico uma reflexão sobre o conceito de diversidade cultural, social e religiosa. Esses aspectos permeiam a nossa sociedade e também toda comunidade acadêmica fazendo necessário o reconhecimento de que o estudo sobre esses aspectos é de vital importância para formação dos discentes que além de se tornarem bons profissionais sejam também pessoas éticas, tolerantes e de profundo respeito à dignidade humana, e a disciplina de Cultura Religiosa assim como as demais disciplinas do Eixo humanístico são momentos de formação que permitem essas reflexões acerca da pessoa humana de toda sua diversidade.

Todos os capítulos oferecem uma reflexão sobre aspectos educacionais, culturais e religiosos no país com referência principal à PUCPR que através da sua inspiração cristã tem o objetivo de formar integralmente seus alunos. Para tanto tem um Eixo Humanístico onde as disciplinas de Ética, Filosofia, Cultura Religiosa e Projeto Comunitário fazem parte do currículo de todos os cursos da Universidade, onde a reflexão sobre o homem, sobre a realidade e sobre Deus se fazem presentes. Essa formação integral pretende que o profissional ao sair da

universidade esteja comprometido com sua participação ética na sociedade, disposto a trabalhar com responsabilidade social e com espírito de solidariedade.

O mundo de hoje onde a evolução da ciência e da tecnologia acontecem de maneira veloz nele a Universidade Católica assume importante função em mostrar aos seus discentes que além de todo progresso econômico e industrial possíveis através da modernidade, se faz necessário também e na mesma proporção a procura do real significado de todas essas descobertas de maneiras que sejam utilizados para o bem da sociedade e das pessoas. Nesse sentido a Universidade Católica busca através das disciplinas do Eixo de Formação Humana, e dentre elas a Cultura Religiosa, trazer em todos os campos do conhecimento a sua inspiração cristã que possibilita uma reflexão sobre as dimensões morais, éticas de maneira que seus discentes possam antes de qualquer ação colocar em primeiro lugar a pessoa humana.

2 POLITICAS EDUCACIONAIS, ENSINO SUPERIOR E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA NO BRASIL

As políticas educacionais acontecem no âmbito das relações sociais estabelecidas pelos processos de reorganização da economia, das estruturas sociais e políticas mundiais. É necessário compreender como essas relações interferiram significativamente na história da educação brasileira, na vida do povo do nosso país e também dentro das Instituições de Educação Superior (IES), para que possamos buscar alternativas para superação da exclusão e das desigualdades sociais através de práticas pedagógicas. Para tanto esse capítulo traz um dos objetivos específicos desta pesquisa que é: analisar as políticas educacionais e suas implicações nas Instituições de Ensino Superior Católicas.

Verifica-se que desde que a Educação deixou de ser primitiva, ou seja, a partir da instituição da escola formal como um local específico para o estudo começou a separação clara entre aqueles que detinham o conhecimento e aqueles que precisavam aprender. Com a divisão social do trabalho e com a instituição da propriedade privada a diferença entre as classes sociais fica cada vez mais acentuada, fazendo com que a educação seja voltada para os interesses da classe dominante. Os escravos e mais tarde as classes assalariadas e também chamadas populares, não tinham acesso à educação.

Tendo em vista essa ligação social e econômica faz-se necessário um acompanhamento e uma retrospectiva histórica que impulsionaram os processos de mudanças pedagógicas que afetaram também as instituições de ensino superior.

No século XI com a ascensão da burguesia, houve a reurbanização das cidades, e a substituição da troca por moedas fez o comércio ressurgir. O comércio burguês controlava a produção através de grupos que se chamavam corporações de ofícios e da cobrança de altos impostos. No século XII, os mercadores começaram a organizar as feiras, importantes locais comerciais.

As atividades comerciais e bancárias e as feiras levaram ao rápido desenvolvimento urbano e com a acentuação das atividades comerciais, as cidades, a partir do século XI, tiveram um enorme crescimento, o que transformou bastante suas feições, ampliando-as para os espaços além-muros que foram fundamentais

para o desenvolvimento da mentalidade capitalista.

Entre os séculos XV e XVI conhecido como Renascimento, houve um retorno dos valores greco-romanos. O descobrimento da América foi um acontecimento importante para a vida econômica do Renascimento. Expandiram-se novos mercados, novas cidades foram criadas na orla atlântica como Sevilha e Lisboa. Os metais e as riquezas, que traziam benefícios a burgueses e banqueiros e permitiram que a Espanha realizasse uma grande política de intervenção em grande parte da Europa e do Mediterrâneo. Porém, a grande quantidade de tesouros americanos ao continente europeu houve uma enorme alta dos preços devido à demasia da moeda em circulação.

A revolução industrial configurou-se no conjunto das relações de troca entre os continentes o que foi uma fonte de riqueza, poder e de domínio para uma nova classe social que favoreceu e propagou o sistema capitalista, sendo também um novo modo de pensar sobre as forças produtivas que incluíam o homem, pois ela era que criava e aperfeiçoava seu instrumento de trabalho por meio da indústria de massa e das novas formas de relações sociais estabelecidas pelo dinheiro e pela propriedade privada.

No século XV a época moderna caracterizou-se por um processo mais voltado para industrialização, no qual se efetiva o modo de produção capitalista. Os avanços técnicos científicos interferiram nas formas do homem a se relacionar com o trabalho. O perfil deste novo trabalhador era de uma profissional com capacidades intelectuais que lhe permitissem a adaptar a produção flexível, objetivando maior produtividade e conseqüentemente maior lucro para as empresas.

No centro dessas mudanças sociais e econômicas encontra-se a revolução comercial europeia a qual trouxe entre outras conseqüências a colonização do Brasil. Para os europeus esse tipo de atividade era conveniente pois as colônias representavam ampliação do comércio e também fonte de produtos tropicais e metais preciosos, além do lucro por meio do trabalho dos habitantes da colônia

Assim como em outros países no processo de colonização do Brasil houve a sobreposição de homem pelo homem, a divisão de classes em que os senhores de engenho - classe dominante - exploravam o trabalho escravo. Baseado numa economia de exploração, instituiu-se o lucro como objetivo principal dos

colonizadores proporcionado por uma mão de obra barata, onde predominava a relação de submissão de classes da metrópole e das classes dominantes da Europa.

A globalização trouxe consequências para o campo educacional indicando uma única direção para os sistemas educacionais: reprodução de um modelo de sociedade marcado pelas desigualdades e exclusões, que sustenta o modelo econômico atual. Esse modelo traz um sentimento de insegurança pois os processos de desenvolvimento trazem consigo: a individualidade, o hedonismo, falta de solidariedade e desigualdades.

A construção de uma sociedade democrática, na qual a comunidade possa apontar suas necessidades, partilhar seus saberes e participar das mudanças necessárias, resistindo à sujeição à racionalidade utilitarista e exploratória do mercado é o desafio da educação.

Conforme Zoccolli (2009, p.48): “Hoje, solicita-se a formação de profissionais habilidosos, capazes e competentes, harmonizando-se com o setor produtivo”. Diante de tantas influências históricas as IES são chamadas a formar um profissional que saiba interagir em equipe e resolver os conflitos no momento em que estes acontecem, que busquem conhecimento para contribuir com a organização da sua totalidade. Nas Universidades Católicas, essa formação vai além de formar profissionais competentes pois tem em seu currículo o objetivo de formar também pessoas habilidosas no relacionamento interpessoal com ética e respeito ao ser humano.

2.1 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – HISTÓRICO E INFLUÊNCIAS

Em 15 de outubro de 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educadores (ABE) que defendia a educação como um direito de todos. Essa associação realizou diversas conferências que contribuíram bastante para política educacional brasileira em todos os níveis.

Em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública e Francisco Campos ocupava o cargo de ministro. Nesse período o estado tinha o direito de decidir sobre as questões políticas e educacionais do país com a influência da igreja católica que atuava politicamente na definição das diretrizes mantendo a educação moral da população brasileira sob seu controle, assim como era feito antes da Constituição de 1891. (ZOCCOLI, 2009, P.57) diz que:

A busca pela modernização do Brasil, na década de 1930, trouxe consigo a intenção de redefinir o papel do Estado e, com ele, a valorização da importância da educação, já eu a proposta de reforma que se delineava na sociedade, desde a década de 1920, incluía também uma nova proposta de educação e de ensino

Francisco Campos propôs através de decretos em 1931, diretrizes educacionais voltadas para uma maior autonomia didática e administrativa do estado, acreditando que a transformação da sociedade só seria possível através de um novo tipo de formação para cidadania, uma nova forma de produção e outro tipo de elite.

O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova redigido por Fernando Azevedo em 1932 foi uma das mais importantes contribuições para educação. Esse manifesto defendia a escola pública e leiga obrigatória e gratuita e a coeducação como dever do estado. Mostrava também a distância entre a educação e o desenvolvimento e a esperança de transformação através de uma escola única sem distinção entre ricos e pobres. Esse manifesto acreditava num novo homem ideal, capacitado biologicamente para ser educado até onde permitam suas condições naturais, e não determinado pela sua condição social e econômica. O ensino superior defendido no manifesto, deveria ter a função de investigação da ciência pois a pesquisa alimenta e estimula toda e qualquer função, além da transmissão do conhecimento e

popularizar a arte e a cultura. A igreja contrária a ideia de laicidade e de coeducação fundou em 1952 a Conferência Católica Brasileira de Educação (CCBE) afim de orientar os eleitores católicos a apoiarem os candidatos à Assembleia Constituinte que defendessem o ensino religioso, a religião católica e seus princípios.

Em meio a conflitos de ideais e interesses, foi aprovado o ensino primário obrigatório, gratuito e universal onde o Conselho Nacional de Educação (CNE) ficou responsável pela elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE).

A constituição de 1934, considerou uma parte do manifesto dos Pioneiros, reforçou a educação dual e criou concurso público para o magistério. Na constituição de 1937 de cunho ditatorial, o presidente da república tinha poderes irrestritos e além de não oportunizar o desenvolvimento para educação, reforçou a dualidade entre ricos e pobres, acentuando o caráter discriminatório da Constituição principalmente quanto a gratuidade do ensino.

Entre 1942 e 1946, o Ministro da educação e Saúde Gustavo Capanema propôs reformas que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino que estabeleciam diretrizes para todos os níveis de ensino, porém as pessoas menos favorecidas foram novamente excluídas pois devido a necessidade de trabalho, só poderiam estudar se fosse uma educação voltada para esse fim. Foi nessa época em que foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) afim de suprir a necessidade de profissionais capacitados para indústria.

Na nova constituição 1946 houve a preocupação com a gratuidade do ensino público, mas o cidadão deveria provar a falta de recursos para os estudos. Ela previa também a transferência da responsabilidade da educação dos funcionários e dos filhos destes a todas as empresas que tivessem mais que cem funcionários.

Foram criadas e organizadas instituições e organizações públicas e privadas na educação superior:

- Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA): tem a finalidade de formar profissionais de alto nível, realizar pesquisa e atividades de extensão universitária no campo da tecnologia aeroespacial avançada

- Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC): uma associação em prol da ciência formada por cientistas e professores com o intuito de promover o desenvolvimento científico e articular a comunidade científica para superar a

exclusão dos pesquisadores dos mecanismos governamentais responsáveis pela definição de políticas e estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico

- Conselho Nacional para o desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ): criada em 17 de abril de 1951 instituição que põe em pratica as políticas de ciência e tecnologia: uma agencia responsável por apoiar a pesquisa e formar recursos na área científica e tecnológica

- Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (Capes): criada em 11 de julho de 1951 com o objetivo de garantir a existência de pessoal especializados em números e qualidade suficiente para atender as necessidades dos estabelecimentos públicos e particulares que objetivam o desenvolvimento do país.

- No final da década de 1960 houve a reforma universitária, que foi consolidada com a Lei de Diretrizes e bases da Educação Superior, Lei nº5.540 de 1968 redefinindo a duração dos cursos de licenciatura pelo parecer CFE 52/1965.

- Em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada pelo presidente João Goulart primeira Lei de Diretrizes e Base (LDB) a qual levou 13 anos de discussão até a sua versão final. A marca principal desse período foi duelo entre os escolanovistas e os católicos tendo como questões de discussão: a centralização ou não pela União do processo educativo; a defesa da escola pública contra a escola privada; a ligação ou não da educação ao desenvolvimento econômico.

- Em 1964 foi criado o Plano nacional de Educação (PNA) pelo governo de João Goulart, mas que não sobreviveu ao golpe de 1964 que utilizou a tortura como instrumento de controle político e ideológico do país. Esses atos acabaram com toda oposição, abrindo as portas para o capital estrangeiro sob a forma de empréstimo ou investimentos, e ainda a instalação de industrias o que reestruturou a economia do país conforme os objetivos da revolução e também interferiu na conjuntura educacional. Várias leis e decretos foram criados nesse período com o objetivo de manter o controle político e ideológico do país nas mãos do governo. As reformas educacionais foram inspiradas e orientadas por acordos com agências estrangeiras, pois a Constituição de 1967 não previa financiamentos para educação seguindo orientações de organismo internacionais. Exemplo *MEC-Usaid* feito pelo Ministério de Educação (MEC) com a *United Satate Agency for International Development* que

prestava apoio técnico e financeiros ao Brasil, mas que tinham como objetivo amarrar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente dos interesses norte-americanos.

A Reforma de 1968 produziu efeitos contraditórios no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou parte significativa das universidades federais e algumas instituições estaduais e confessionais, que aos poucos foram incorporando as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criou-se condições para que as instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa. As cátedras vitalícias foram substituídas pelo regime departamental, formalizando a carreira acadêmica estabelecendo o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Criou-se a política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida pelas agências de fomento do governo federal. Por outro lado, favoreceu o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o *antigo padrão brasileiro de escola superior*, ou seja, instituições voltadas para transmissão de conhecimentos de cunho profissionalizante e distante da atividade de pesquisa, que não contribuíram para uma formação intelectual crítica.

Em 1971 ela foi substituída por outra versão em pleno regime militar a qual vigorou até 1996. Dois grupos disputavam qual seria a concepção que serviria de base para a criação da LDB. De um lado estavam os estatistas que defendiam que só o Estado poderia educar e que escolas particulares podiam existir, mas tão somente como uma licença do poder público. De outro lado os liberais que defendiam a ideia de que a educação deveria ser um dever da família que teria de escolher entre vastas opções de escolas particulares, e que ao Estado projetar diretrizes do sistema educacional, garantindo as pessoas de famílias pobres o acesso as escolas particulares por meio de bolsas.

A Lei 9.394/96 aprovada para servir de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, propôs inovações gerando inquietude e esperança de educação para todos, porém não conseguiu fazer com que uma grande parte da população tivesse acesso a uma educação de qualidade e também de outros processos sociais. Também não foram concluídos nessa reforma, temas como: busca pela melhoria da qualidade educacional, formação continuada dos docentes, autonomia universitária

e universalização do ensino fundamental. Assim apesar de manter as ideias da Reforma Capanema, foi um processo de ensino seletivo e que excluiu grande parte da população pois não teve em vista que o progresso do sistema educacional deveria acontecer pelo aperfeiçoamento que são introduzidos e se transformam ao longo da história, acompanhando a real necessidade da educação, mas essa foi a mais completa legislação redigida a favor da educação proporcionando avanços como : a criação da Fundação do Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do Magistério) criação de programas do governo como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para todos (PROUNI). Estudos mostram que a LDB está envolvida num sistema de interesses públicos e privados; Demo (2002) reafirma este posicionamento, pontuando que a LDB atual, paradoxalmente, preserva ranços e possibilita incontestáveis avanços. O autor chama de ranços os atrasos que a lei tem na esfera da Educação como por exemplo a baixa remuneração e a inadequada capacitação dos Professores. Porém apesar dessas dificuldades a educação superior busca o bem comum através da valorização do ser humano, pela justiça social, pluralismo, equidade.

Apesar do crescente número de instituições o ensino superior ainda está voltando para elite, dessa forma é necessário que se realizem mudanças nas suas estruturas e nas suas relações com a sociedade e o estado, afim de oferecer oportunidade a todos os cidadãos de uma formação universitária de qualidade com aquisição de conhecimentos necessários não só para o trabalho, mas também para vida social.

O sistema de ensino é regulado por normas e leis federais, estaduais e municipais. Os órgãos federais são o MEC e o CNE. O MEC é responsável pela manutenção das universidades federais, universidades tecnológicas como antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), estabelecimentos de ensino médio, escolas técnicas federais e agro técnicas, escolas de ensino fundamental e médio ligadas as universidades, instituições de educação superior, além de supervisionar e inspecionar as instituições particulares. O CNE é o órgão colegiado que normatiza o sistema educacional.

Dentro da esfera estadual os órgãos administrativos são: Secretaria Estadual de Educação (SEE), Conselho Estadual de Educação (CEE), Delegacia Regional de Educação (DRE) ou subsecretaria de educação.

Na esfera municipal estão: Secretaria Municipal de educação (SME) e o conselho Municipal de Educação (CME).

O artigo 43 da LDB nº 9.934/1996, mostra que a educação superior tem por finalidade:

- I** - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II** - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III** - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV** - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V** - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI** - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII** - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII** - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

As Instituições de ensino superior no Brasil podem ser:

- Públicas que são mantidas pelo poder público e financiadas pelo Estado não cobram matrículas ou mensalidades;

- Privadas que são mantidas por pessoa física ou jurídica, com ou sem finalidade de lucro. Delas fazem parte as instituições comunitárias que incluem representantes da comunidade na sua entidade mantenedora; confessionais que atendem a uma determinada ideologia ou orientação confessional; e as filantrópicas que prestam serviços à comunidade em caráter complementar as atividades do estado conforme a lei nº12.101 de 27 de novembro de 2009:

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

As instituições de ensino superior são sistematizadas em: Universidades, Universidades Especializadas, Centros Universitários, Faculdades e faculdades integradas, Institutos Superiores e Escolas superiores e centros de educação tecnológica, cada uma com sua especificidade quanto a oferta de cursos, atribuições e autonomia junto ao MEC.

Em seu artigo 44 a LDB divide o ensino superior em: curso sequenciais, programas de graduação, de pós-graduação e os de extensão conforme segue:

Cursos sequencias são estabelecidos por campos do saber abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela IES;

Programas de graduação: são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio e que tenham sido classificados no vestibular. Para estes cursos existem dois tipos de diplomas: bacharel ou licenciado, sendo esse último habilitado a exercer o magistério em nível fundamental e médio;

Programas de Pós-graduação: compreendem os cursos de especialização (lato sensu) e os cursos de mestrado e doutorado (stricto sensu);

Programas de extensão: abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas IES.

As modalidades de ensino nas instituições de ensino superior pode ser: presencial onde é exigida a presença do aluno em pelo menos 75% das aulas, semipresencial onde parte é feita presencial e outras com atividades a distância; e a distância onde toda relação do professor com a aluno é feita por meios de comunicação como salas de aula virtual, internet etc., podendo haver um ou outro encontro presencial geralmente para avaliações.

A forma de ingresso do aluno não é somente por vestibular onde os candidatos são selecionados a partir de avaliação escrita dos conteúdos aprendidos no ensino médio. Algumas instituições utilizam como critério de seleção: o exame do Enem, avaliação seriada do ensino médio, teste ou prova com conhecimentos específicos, avaliações de dados pessoais e profissionais através de entrevistas.

Os cursos de Educação Superior são avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior chamado de SINAES através dos seguintes instrumentos: avaliação das condições de ensino, avaliação institucional e o Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (Enade). A avaliação das condições de ensino é a forma pela qual o MEC realiza o reconhecimento ou renovação dos cursos de graduação, já a avaliação institucional verifica as condições gerais de funcionamento dos estabelecimentos de educação superior. O ENADE diferente das outras, avalia o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados e também a habilidade de compreender temas fora da sua profissão, ligados a realidade do país e do mundo em outras áreas do conhecimento.

2.2 A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA

A Universidade Católica nasceu do coração da Igreja, afirmou o Papa João Paulo II. As primeiras Universidades com identidade católica foram criadas por bula papal muito próximas das catedrais e dos mosteiros medievais. Com o passar do tempo o governo nacional passou apoiá-las e abrir suas próprias instituições sob o domínio do Estado.

A atual revolução tecnológica traz consigo mudanças na economia, cultura e também na educação. Essas mudanças aumentam a demanda pela procura de educação superior no país, característica que é uma das mais marcantes da chamada sociedade do conhecimento e reforçam a importante participação da Universidade Católica que vê nesse contexto uma forma de levar a formação cristã através de seu carisma educativo para toda comunidade acadêmica, visando a democratização do saber como instrumento de emancipação humana. Dessa forma as Universidades Católicas contribuem para atender as necessidades da sociedade atual e também reforçam o papel da Igreja através de um humanismo cristão onde os progressos científicos e tecnológicos podem estar a serviço da construção da dignidade humana e da sustentabilidade do planeta conforme a *Ex Corde Ecclesiae* (1990)

Nascida do coração da Igreja, a Educação Superior Católica insere-se no sulco da tradição que remonta à própria origem da universidade como instituição e revelou-se sempre um centro incomparável de criatividade e de irradiação do saber para o bem da humanidade.

Atualmente a Igreja mantém mundialmente várias instituições de ensino. Algumas delas são Universidade ou Faculdades Eclesiásticas orientadas pela Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*. Outras são chamadas Universidades católicas entre as quais algumas possuem o título de pontifícia e são regidas pela constituição apostólica *Ex Corde Ecclesiae*.

As Universidade católicas, como todas as comunidades acadêmicas, contribuem para o desenvolvimento através da pesquisa científica e tecnológica o que gera um enorme crescimento econômico e industrial. Da mesma forma

contribuem para o desenvolvimento dos indivíduos buscando através da sua inspiração cristã o conhecimento da verdade, valor sem o qual não pode existir liberdade, justiça e dignidade humana.

O objetivo principal de uma Universidade Católica é garantir a presença cristã no mundo acadêmico através de uma reflexão constante a luz da fé católica acerca do conhecimento humano através de uma formação que seja capaz de inserir os discentes no conjunto da comunidade humana, de fazê-los preparados para o diálogo com os outros e ávidos por cooperar no bem comum. A educação Cristã proposta pelas Instituições católicas procura inserir no conhecimento do mistério da salvação, os dons da fé que ajudam a configuração cristã do mundo, sobre a qual os valores naturais assumidos na importância total do homem liberto por Cristo colaborem no bem de toda a sociedade.

A missão de educar, ainda segundo a declaração *Gravissimum Educationis* (1965), é da Igreja a qual deve revelar a todos os homens o caminho da salvação, ao mesmo tempo em que deve favorecer a formação integral da pessoa humana. A declaração explica como deve ser a educação cristã nas instituições confessionais:

Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola, que, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, introduz no patrimônio cultural adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, e criando entre alunos de índole e condição diferentes um convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; além disso, constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar parte, juntamente, as famílias, os professores, os vários agrupamentos que promovem a vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana.

Nesse sentido a Teologia tem um papel de extrema importância buscando a síntese do saber e também o diálogo entre fé e razão, além disso proporciona as demais disciplinas a busca dos seus significados e de como suas descobertas científicas irão contribuir e influenciar a vida das pessoas e da sociedade. Assim a interação da Teologia com as disciplinas de formação acadêmica traz à investigação teológica mais próxima da realidade e das exigências globais.

As Universidades Católicas representam uma ajuda muito importante para Igreja por levarem a missão evangelizadora e cristã que são tão necessárias para as

culturas atuais proporcionando uma formação que desenvolve profissionais capacitados e críticos, mas também conscientes da necessidade de que seus conhecimentos sejam colocados em prática servindo as pessoas e a sociedade de maneira ética respeitando a dignidade e a necessidade humana. Destaca a Constituição apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (1990) que:

É essencial convencer-mos da prioridade da ética sobre a técnica, do primado das pessoas sobre as coisas, da superioridade do espírito sobre a matéria. A causa do homem só será servida se o conhecimento estiver unido à consciência. Os homens da ciência só ajudarão realmente a humanidade se conservarem o sentido da transcendência do homem sobre o mundo e de Deus sobre o homem.

Toda Universidade Católica precisa ter seus fundamentos na inspiração cristã levados a todos os participantes da comunidade acadêmica para que possa ser considerada verdadeiramente católica, promovendo permanentemente o conhecimento humano à luz da fé mantendo-se fiel a mensagem cristã, centralizando todos seus esforços institucionais a serviço das pessoas e da família buscando a verdade e na transcendência o sentido da vida.

A verdade, no pensamento da Igreja, estará sempre inserida na ótica evangélica e na crença da existência de uma forte união entre os olhos da mente e os do coração, entre a verdade e o bem, sendo assim a Universidade Católica não pode ser somente uma organização de produção e reprodução de verdades, mas sim uma instituição educacional servidora da Verdade, caminho do amor pelo bem da humanidade, dedica-se a formação integral dos seus educandos.

A Universidade Católica segue atenta aos documentos eclesiais oficiais pois neles constam o seu papel fundamental. Num desses documentos chamado Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* (1979) o papa João Paulo II fala da missão evangelizadora da Igreja e da sua missão em relação a cultura:

Efetivamente, a missão de evangelizar, que é próprio da Igreja, exige não apenas que o Evangelho seja pregado em espaços geográficos cada vez mais vastos e a multidões de homens sempre maiores, mas que sejam também impregnados pela virtude do mesmo Evangelho os modos de pensar, os critérios de julgar e as normas de agir; numa palavra, é necessário que toda a cultura do homem seja penetrada pelo Evangelho.

O homem naturalmente é influenciado pelo ambiente cultural em que vive e junto desse ambiente a fé e as religiões se fazem presentes a ponto de muitas vezes não haver separação entre elas dessa cultura a fé e a religião, e, em uma cultura que caminha juntamente com a fé, a evangelização é favorecida. A missão evangelizadora não é determinar o Evangelho de Cristo a uma cultura, mas sim revelar e transmitir sua mensagem a todas as culturas e a todas as classes. Assim a missão de uma Universidade Católica de levar uma formação humana a seus discentes está ligada inteiramente a missão evangelizadora de Cristo.

A mensagem da fé cristã levada a seus fiéis é de que os valores ensinados servem para aperfeiçoar integralmente o homem seja nas suas necessidades físicas ou espirituais. Orienta também suas atitudes para que sejam eticamente corretas e também liga o homem ao transcendente. Apesar da toda crise da modernidade onde tudo tem que ser imediato e gerar lucros, há sempre espaço para que o ser humano de alguma maneira esteja ligado ao transcendente, pois, a ciência não é capaz de responder plenamente a todos os anseios humanos, seus medos, seus sonhos, suas dúvidas. Conforme diz Bertrand Russel (2010, p.40):

O medo é a base de todo o problema: medo do misterioso, medo da derrota, medo da morte. O medo é progenitor da crueldade e, portanto, não é nada surpreendente o fato de a crueldade e a religião andarem lado a lado

Dessa forma a religião torna-se indispensável e essencial como forma de resposta e tranquilidade frente aos desafios da vida humana. A busca do sagrado através das mais diversas expressões religiosas conduz à paz e à felicidade.

Através da Igreja é colocado para as faculdades e Universidades eclesiais que se preocupem com a visão Cristã e com a missão evangelizadora conforme o artigo 2º da *Sapientia Christiana* (1979):

Por Universidades e Faculdades eclesiais, na presente Constituição, são designadas aquelas que, canonicamente erigidas ou aprovadas pela Sé Apostólica, cultivam e ensinam a doutrina sagrada e as ciências que com ela estão correlacionadas, com o direito de conferir graus acadêmicos por autoridade da Santa Sé.

A Universidade Católica, que realiza uma mediação entre a riqueza da

mensagem salvífica do Evangelho e a pluralidade dos campos do conhecimento em que aquela encarna, possibilita à Igreja edificar um diálogo produtivo com todos os homens de qualquer cultura. A Universidade é uma instituição milenar que sempre desempenhou uma função social além de ser um lugar privilegiado do saber.

Uma das principais tarefas da Universidade é a ampliação do saber humano pela pesquisa. Essa função institucional ganha ainda mais importância na Sociedade do Conhecimento. Se por um lado as novas descobertas científicas e a tecnologia promoveram significativo desenvolvimento, por outro não se pode deixar de destacar a necessidade urgente do entendimento fundamental: o de procurar o necessário e correspondente sentido do progresso, de maneira que isso seja direcionado para o bem autêntico do conjunto da sociedade humana, sem exclusões.

Por isso, as atividades de pesquisa de uma Universidade Católica precisam privilegiar questões e aspectos nem sempre apontadas por outras instituições laicas, de maneira especial para o estudo dos significativos problemas modernos como: a dignidade da vida humana; a promoção da justiça para todos; a qualidade da vida pessoal e familiar; a proteção da natureza; a procura da paz e da estabilidade política; a repartição mais justa das riquezas do mundo e uma nova ordem econômica e política, que sirva melhor a comunidade humana em nível nacional e internacional. As apurações sobre essas questões precisam dar especial atenção aos fatores éticos e religiosos, na medida em que assume a responsabilidade de comunicar à sociedade de hoje os fundamentos que dão pleno significado à vida humana. Assim, a pesquisa numa Universidade Católica deverá considerar a associação do conhecimento, o diálogo entre a fé e a razão, a cuidado ético e a concepção teológica.

A missão primordial da educação superior católica é orientar a busca da verdade pelo experimento da fé. Daí a sabedoria da advertência de que a fé desprovida de razão pode levar a lendas e credices, e razão sem fé não abrange a lógica do ser. A luz da fé não se coloca fora do estudo racional, como que a fixa-la ou interrompe-la, mas em lugar superior, como sua exaltação e expansão de horizonte.

A instituição de educação superior católica deve ressaltar o papel fundamental da Filosofia e da Teologia na procura da reunião do saber e no diálogo

entre fé e razão, pois elas oferecem grande apoio ao conhecimento e à pesquisa do sentido da existência humana. A Igreja acredita fortemente que a verdade é a sua principal aliada e de que o conhecimento e a razão são representantes legítimos da fé. Por isso considera a importância e o valor da interdisciplinaridade que por intermédio da filosofia e da teologia auxiliam os estudantes a ter uma visão orgânica da realidade e a evoluir intelectualmente.

O diálogo dos saberes é fundamental para uma educação superior viva e atuante, ao se organizar como fundamento de colaboração. A filosofia ajuda a desenvolver pensamentos livres e reflexivos capazes de reagir às diversas formas de propaganda, fanatismo, exclusão e intolerância; contribui para a paz e capacita os indivíduos para assumir suas responsabilidades frente aos grandes desafios modernos. A teologia, por sua vez, deve oferecer conhecimento dos ensinamentos do Evangelho, que ressalta o significado da vida humana. Deve-se para isso utilizar metodologia e linguagem adequada para que a proposta cristã não seja entendida como imposição e proselitismo. A teologia também chama a atenção da pesquisa científica sobre as implicações éticas de suas experiências, bem como o entendimento e orientações dispersas de suas metodologias. Como o conhecimento nunca é imparcial em relação às questões éticas e morais, é preciso demonstrar de modo claro a sua ligação com as exigências dessa ordem.

A primeira Universidade Católica foi a Universidade de Lovain (1834). Bispos belgas fundaram uma Universidade separada do estado e escolheram Lovain, que no passado já tinha sido sede de uma Universidade. Esta tornou-se centro de pesquisa científica de alto nível e de elaboração de um pensamento teológico, filosófico e social, que tem importante destaque nos campos da ética social e da sociologia religiosa.

De 1854 até 1858, John Henry Newman tentou fundar a Universidade Católica de Dublin, com a intenção de mostrar quais as características de uma verdadeira Universidade, mas sua tentativa não deu certo e o local acabou se tornando um seminário leigo para a juventude.

Em Paris no ano de 1875, o arcebispo e mais de 28 bispos resolveram criar a Universidade Católica que atualmente, tem o nome de Instituto Católico de Paris. Em 1889, foi criada a fundação da Universidade de Friburgo por leigos. Ainda em

1889, os Estados Unidos começaram a criação da Universidade Católica da América, que no início tinha características de um seminário avançado apenas com cursos para eclesiásticos e somente após a Primeira Guerra Mundial conseguiu tornar-se uma Universidade.

Na China em Xangai tem Universidade Católica aberta desde 1903 e em Pequim desde 1924. No Japão desde 1913. Em 1921, com o auxílio do Episcopado e leigos, fundou-se a Universidade Católica de Milão. Em 1923 foi fundada a Universidade Católica de Nimega (Holanda). Em 1924 o reitor da Universidade de Nimega com o apoio dos reitores de Lovain e de Milão, criaram a Federação Internacional das Universidades Católicas.

As Universidades em países ocidentais progrediram de pequenos anexos da Igreja, para se firmarem na principal instituição para disseminação do conhecimento do mundo moderno. As primeiras se dedicavam ao ensino na área de teologia, direito canônico, medicina e depois pela gramática, retórica, lógica, geometria, aritmética, música e astronomia. Disciplinas das artes liberais tinham mais importância que o ensino profissional, o que levava ao desenvolvimento cultural e intelectual dentro das Universidades. Lovain, Paris, Washington e Friburgo tinham a Faculdade de Teologia. Tiveram por um longo tempo a presença do seu primeiro fundador, ou reitor cuja personalidade marcava a própria Instituição. Manifestações como essas podem ser explicadas levando em conta que as Universidades Católicas nasceram no meio de muitos desencontros que podem ser explicadas por três aspectos fundamentais de acordo com Antoniazzi (1975 p.53)

A primeira é a de ter, na U.C, uma instituição voltada, principalmente, para a formação dos professores das escolas secundárias; é, evidentemente, a aspiração mais limitada e ligada a uma situação particular, que predominou nas primeiras tentativas de U.C; 2 – a segunda aspiração é a de demonstrar que os católicos sabem fazer uma Universidade, e, sobretudo, uma ciência, tão boa quanto a dos racionalistas ou dos positivistas; essa é uma aspiração mais fecunda, pois obriga os católicos a se entrosarem positivamente com a cultura contemporânea; é porém, algo muito marcado pelo clima do momento, que perde seu interesse com a crise do positivismo e o pleno reingresso dos católicos na vida científica, cultural e política; sobretudo, é discutível se a Universidade Católica (em lugar, por ex., da presença dos católicos nas Universidades públicas) é o meio eficaz para o objetivo pretendido; 3 – a terceira aspiração é a de formar uma elite capaz de atuar no campo econômico, jurídico, social, político – em suma, capaz de assumir a liderança da sociedade civil e a direção do estado – dentro de uma perspectiva que é aquela da doutrina social da Igreja.

Entre tais aspectos pode-se ainda notar o desejo da Universidade Católica em colaborar para construção da cultura cristã, que é uma disposição de desenvolver na cultura contemporânea uma importante abertura à religião e ao sobrenatural. Na contemporaneidade, a ciência é como um filtro que diminuiu interferência dentro da própria ciência ao demandar coerência incessante com o mundo natural. O conhecimento científico está em contínua evolução. Quanto à religião, entende-se que todas as manifestações precisam ser respeitadas evitando intolerâncias pelas mais diversas formas de crenças. Podemos dizer que ciência e religião se complementam. Uma trata de questões naturais, empíricas, enquanto a outra de problemas existenciais. O diálogo entre as duas é de extrema importância para a construção do conhecimento do indivíduo e da sociedade, e fundamental para evitar conflitos entre pessoas e intolerâncias.

2.3 A PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ- TRAJETÓRIA E MISSÃO

Em 14 de março de 1959, foi criada na Cidade de Curitiba a Universidade Católica do Paraná. Ela foi criada a partir a associação de escolas de nível superior também católicas que já existiam na época:

- Escola de Serviço Social (1944)
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba (1950)
- Escola de Enfermagem Madre Léonie (1953)
- Faculdade Católica de Direito do Paraná (1956)
- Faculdade de Ciências Médicas (1956)
- Faculdade de Ciências Econômicas (1957) que foi separada em 1977.

Além das escolas acima citadas, também o Círculo de Estudos Bandeirantes, organização de classe cultural, foi associado a Universidade.

Em dezembro de 1950, Dom Manuel de Siqueira D`Elboux assumiu a arquidiocese de Curitiba. Munido de sólida cultura e ousadia ele tinha um olhar especial sobre os problemas humanos. Em dezembro desse mesmo ano fundou a Sociedade Paranaense de Cultura a qual se tornaria da mantenedora da Universidade por ele idealizada.

O decreto lei 1190, de 4 de abril de 1939 assinado pelo ministro de estado Gustavo Capanema, determinava que para constituição de uma universidade deveriam haver pelo menos 3 faculdades, sendo obrigatoriamente uma de Filosofia com pelo menos doze cursos, e duas outras entre Direito, Medicina e Engenharia para ser considerada uma unidade Universitária. No Paraná existiam apenas a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. O curso de Serviço Social e a Escola de Enfermagem não atendiam ao decreto do governo, assim estudava-se a possibilidade de criar também os cursos de Direito, Medicina e Engenharia.

Dom Manuel como grande educador e intelectual sempre estava presente nos eventos culturais da cidade e nesses eventos dedicava atenção a juristas e médicos que pudessem de alguma maneira contribuir para implantação de uma faculdade de Medicina e Direito.

Um antigo problema brasileiro veio a ser suscitar as primeiras ideias: a falta

de vagas em Universidades Federais. Todo ano muitos alunos eram aprovados, mas eram impedidos de realizar matrícula por falta de vagas. Além disso nas faculdades existentes encontravam dificuldades com infraestrutura inadequada, formação de professores e material. Esse conjunto tornava o problema mais complexo.

Em julho de 1956 foi criada a Faculdade Católica de Direito que seria mantida pela Sociedade Padre Antonio Vieira com sede na cidade de São Leopoldo – RS. No mês seguinte foi criada também a Faculdade de Ciências Médicas, e seria mantida pela Sociedade paranaense de Cultura. Assim aquilo que o decreto lei exigia para criação de uma Universidade estava atendido, mas as dificuldades não paravam aí conforme Hoerner Junior, (1998 p. 25)

Fora um passo gigantesco. Mas não definitivo, pois a sinuosidade do caminho teria ainda de ser sobre pisado e com mestria galgado em suas escarpas mais agudas, uma vez que se assentavam, além de nós dispositivos legais a priori atendidos, na predisposição maisã dos intermináveis meandros burocráticos.

Em 1959 foi então fundada a Universidade Católica do Paraná. Iniciou com a Faculdade de Ciências Médicas. Em 1967 assumiu a Faculdade de Direito dos Padres Jesuítas e também a Escola de Enfermagem das Irmãs de São José de Chambery. Em 1969 as Irmãs Filhas do Coração de Maria também entregaram a Escola de serviço social. Essas três faculdades integraram a Faculdade de Ciências Médicas formando um complexo universitário.

Em 5 de fevereiro de 1970 inesperadamente faleceu Dom Manoel. Seu intenso trabalho de 20 anos não teria como ser facilmente substituído e diante de dessa situação a Universidade a uma única congregação religiosa que foi efetivado em 1975 quando o Conselho Universitário aprovou a Sociedade Paranaense de Cultura como única mantenedora da Universidade. Somente em junho de 1972 o então Reitor Dom Jerônimo Mazzaroto, nomeou o Irmão André José Credise para a função de Secretário geral da Universidade para coordenar a preocupante reforma universitária que precisa uma adequação da estrutura existente da Universidade as exigências legais. Cumprindo o propósito das suas funções Irmão Andre instruiu a reforma do estatuto e do regimento interno estabelecendo unidade de patrimônio e de administração, estrutura orgânica em departamento e estes divididos em 4

centros: Teologia e Ciências Humanas, Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Exatas e Ciências Biomédicas. Esses centros iriam incorporar as faculdades conforme sua área de conhecimento. A partir desse ano houve um progressivo crescimento e em 6 de agosto de 1985 a Universidade Católica do Paraná recebeu através de decreto do Cardeal Willian Brum da Santa Sé o título de pontifícia. A Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR foi a última Universidade a receber essa titulação da Cúria Romana.

A exemplo disso na década de 90 foram criados mais dois centros, o de Ciências Sociais e Aplicadas e Ciências Agrárias no campus de São José dos Pinhais. O crescimento continuou nos anos seguintes. No ano de 2002 foi inaugurado o campus na cidade de Londrina que teve sua primeira sede nas instalações do colégio Marista e em 12 março de 2004 foi inaugurada na nova sede na área do antigo jôquei clube da cidade. Em 11 de abril de 2003 também foi inaugurado o campus na cidade de Toledo e em 11 de março de 2004 o campus da cidade de Maringá.

Além das atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação a PUCPR desenvolve também programas sociais em concordância com a missão social e filantrópica da Instituição. O centro social Champagnat, o Programa de ação comunitária e ambiental (ProAção) são exemplos disso.

Em 1999 foi implementado no grupo a Aliança Saúde PUCPR onde foram integradas as unidades mantidas por essas duas instituições. Dela fazem parte o Hospital de Caridade, Hospital Nossa Senhora da Luz, Hospital Universitário Cajuru e Hospital e Maternidade Alto Maracanã em Colombo na região Metropolitana de Curitiba. Em 2011 foi inaugurado o Hospital Marcelino A partir de 2012 a Aliança Saúde PUCPR passa a ser chamada de Área de Saúde do Grupo Marista.

Tendo como base os princípios de uma Instituição Católica orientada por valores maristas, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná tem o compromisso de gerar, transmitir e propagar o conhecimento nas suas mais diversas áreas conforme descrito no plano de desenvolvimento institucional (PDI) a missão é:

A missão institucional da PUCPR tem por escopo desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura, de modo a promover a formação integral e permanente de cidadãos e profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade, permeada por um conjunto de valorações

ético-políticas imperantes na Universidade (princípios éticos, cristãos e maristas).

Ainda segundo o Estatuto a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2012) tem como finalidade:

- Difundir e desenvolver, por meio do ensino, a pesquisa e da extensão, nos diversos níveis e graus, as variadas formas de conhecimento, com abertura as diversas concepções pedagógicas e científicas, para prestar serviço à comunidade;
- Promover a cultura intelectual, física, artística, cívica, moral e espiritual;
- Preparar profissionais com sólida formação humanística, notáveis pelo saber, habilitados para o eficiente desempenho de suas funções, com senso de responsabilidade social e cidadania;
- Cooperar para o desenvolvimento da sociedade;
- Promover o intercâmbio com outras universidade e instituições científicas e culturais, nacionais e estrangeiras;
- Promover a formação continuada e criar condições e meios para sua concretização;
- Promover o diálogo entre ciência, fé, cultura, vida e solidariedade.

Guiados pela missão da Pontifícia Universidade Católica do Paraná os valores tidos como princípios que guiam a organização e formam um conjunto de normas e regras a serem seguidos por todas as pessoas que dela fazem parte, segundo o plano estratégico são:

Visão: Até 2022, o Grupo Marista – Divisão APC se distinguirá pela amplitude e profundidade de sua ação evangelizadora e de promoção humana, pelo porte e sustentabilidade de suas unidades de negócios, e pela excelência de seus produtos e serviços;

Valores: Os valores são definidos como princípios que guiam a vida da organização e são associados a um conjunto de normas e regras compartilhadas. Desta forma, os valores professados pelo Grupo Marista – Divisão APC são invariantes para todas as pessoas e todas as organizações que dela fazem parte. São eles:

Presença: Acreditamos que o exemplo de vida é o meio mais eficaz na construção de um ser humano pleno. Por isso, buscamos estar próximos das pessoas, aculturando-nos em suas realidades, valorizando e cultivando os laços de cuidado e ternura, solicitude e afabilidade, e construindo uma sólida relação de confiança marcada por uma presença atenta e acolhedora;

Espírito de família (Sensibilidade Comunitária): Construimos, entre as pessoas, uma relação de parceria ativa, acolhendo-as e compreendendo-as como diferentes e complementares. Valorizamos a construção coletiva, a autonomia responsável, a flexibilidade, a ajuda mútua e o perdão. Ousamos construir comunidade, com alegria, e fazer dela fonte de vida;

Justiça: Pautados nos valores cristãos, fazemos o bom uso de todos os bens e recursos em vista da formação integral do ser humano e do bem comum. Empenhamo-nos concretamente com a solidariedade, imperativo ético de nossos tempos que dignifica e emancipa os sujeitos;

Espiritualidade: Nossa espiritualidade é marial e apostólica, prática, relacional e afetiva, fundamentada no Evangelho, sendo Maria a inspiradora de nosso jeito de ser e atuar. Constrói o modo como compreendemos o mundo, a natureza, as pessoas, Deus e como nos relacionamos com eles. É a força propulsora de nossa vida.

Amor ao trabalho: A exemplo de Marcelino Champagnat, somos constantes e perseverantes no trabalho cotidiano. Realizamos as tarefas que nos cabem com disposição, generosidade e espírito cooperativo. Esforçamo-nos para promover a nossa própria formação permanente e para fornecer respostas criativas aos desafios da realidade. Pelo exemplo, ensinamos que o trabalho é meio de realização pessoal e contribuição para o bem-estar da sociedade.

Simplicidade: Esforçamo-nos por ser íntegros, autênticos e transparentes. Assim, nossa simplicidade é fruto da unidade entre ser e agir e se expressa no trato com as pessoas. Está ligada à humildade e à modéstia que nos ajudam a compreender melhor nossas potencialidades e limitações, e nos fazem aptos a aceitar os outros, respeitando-os em sua dignidade e liberdade.

A reestruturação recente das unidades acadêmicas em Escolas e a consolidação de cursos de Mestrado e Doutorado visam a busca da excelência acadêmica. Atualmente o campus de Curitiba atua oito áreas de conhecimento a qual são chamadas de escolas atualmente. Essas Escolas são: Arquitetura e Design, Negócios, Comunicação e Artes, Politécnica, Direito, Medicina, Ciências da Vida e por fim Educação e Humanidades onde estão lotados os cursos de Bacharelado em Teologia e Licenciatura em Filosofia os quais designam Professores para as disciplinas do Eixo Humanístico, além dos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, Física, Química, Letras, Matemática, Química, Educação Física, Biologia, além do Bacharelado em Serviço Social.

A Escola de Educação e Humanidades recebe destaque nessa pesquisa justamente por ser a Escola onde a formação humana é pensada e planejada a qual consta presente na Missão da Instituição e também em todos os documentos apostólicos citados nessa pesquisa. Essa Escola é um local onde a primazia é a formação de pessoas onde a pesquisa tem muita relevância como fator para transformação da sociedade, em busca da garantia dos direitos universais de todos os seres. A magnitude e a cadeia de aspectos culturais e históricos, a habilidade de julgamento, o pensamento crítico e o incentivo à criatividade percorrem os cursos de

graduação, pós-graduação e extensão o que evidencia o seu comprometimento com a formação sólida e integral dos seus discentes para se tornarem profissionais e cidadãos preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

A Escola de Educação e Humanidades, materializa a missão da Instituição atendendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e tem como principal objetivo a formação de profissionais de sublime competência humana, científica e técnica. Diante das tantas diferenças de pensamentos e valores compartilhados pelos seres humanos dentro dos espaços geográficos, sociais, políticos e culturais que caracterizam a sociedade contemporânea, a Escola de Educação e Humanidades, prospera em seu papel de formação integral dos seus discentes que buscam contemplar as novas exigências dos profissionais na atual sociedade.

Quanto a educação formal, procura levar em consideração o contexto social e os sentidos que se dão no mundo do trabalho, fornecendo uma base sólida para que o discente ao ingressar na sua vida profissional saiba como enfrentar os desafios e dar respostas às indagações da atualidade. Dessa forma os eixos norteadores dos projetos pedagógicos preconizam uma formação que abrange o ser de forma completa, do intelectual a ações éticas, do harmonioso ao técnico, do instantâneo ao metafísico. No âmbito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Escola de Educação e Humanidades estabelece-se numa construção do conhecimento que propicia as relações numa troca entre as partes e o todo - as relações entre o individual e o coletivo, o técnico e o biológico, e busca a proximidade entre as diferentes áreas de conhecimento e a realidade social, mediante o avanço de projetos e programas, com o objetivo de conciliar os resultados da ciência com uma concepção humana, atribuindo sentido para a humanidade.

3- DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA NA PUCPR – CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL

Após analisar a história das políticas educacionais e das instituições de ensino superior até chegar na PUCPR, se faz necessário identificar o contexto histórico e atual do objeto dessa pesquisa que é a disciplina de Cultura Religiosa dentro da PUCPR, que será o segundo objetivo específico deste trabalho.

Considera-se que o debate de temas de formação humana, sejam eles Filosóficos ou Teológicos são muito importantes para a formação dos discentes pois os sensibiliza para a importância de questões sociais e sobre a responsabilidade profissional que terão após formados com relação à sua área. A discussão que a Cultura Religiosa pode promover a reflexão sobre a convivência pacífica e tolerante a qual é de extrema importância para a formação integral dos discentes, pois eles poderão se deparar como profissionais, ou até mesmo no seu vínculo social com pessoas de credos diferentes e saber conviver com essas diferenças fará toda a diferença. O objetivo em formar profissionais reflexivos é trazer para o mercado de trabalho profissionais com consciência crítica, conhecedores da realidade onde estão incorporados e abertos a uma nova visão de sociedade. É formar pessoas capacitadas para conduzir suas ações de maneira ética, levando em consideração que todos os seres humanos são iguais e portadores de direitos que precisam ser respeitados. Dessa forma a disciplina de Cultura Religiosa assim como as demais do Eixo Humanístico tem como propósito uma educação integral que pode ser entendida como aquela que auxilia o indivíduo a se tornar sujeito, colaborando para seu desenvolvimento completo em todas as dimensões que constituem o ser humano.

Numa visão fenomenológica a Cultura Religiosa busca compreender a religiosidade e a cultura de cada povo, propondo uma discussão em relação ao sagrado e as temáticas religiosas com objetivo de crescimento, conhecimento e respeito de todas as tradições e formas de crenças ampliando a visão de mundo e possibilitando um espaço de questionamentos e debates de maneira respeitosa e de reconhecimento a constante transformação e reformulação na compreensão do sagrado e na relação que se estabelece com ele ao longo do tempo onde se busca o

verdadeiro sentido da vida e a verdade tendo o ser humano como protagonista principal. Nesse processo de conhecimento deve ser levada em consideração a relação das pessoas consigo mesmas, com os outros e com a natureza, além da relação com o transcendente, pois conforme o Conselho Pontifício fala sobre Cultura, a sua tarefa essencial é a educação que desde os tempos cristãos antigos é uma tarefa de extrema importância destacando os campos religioso, cultural, pessoal e social. Dessa forma uma Instituição Católica busca uma formação que vai além da mera transmissão de conhecimento dos seus discentes. Ela busca formar profissionais completos e preparados para integrar-se na vida social promovendo o crescimento intelectual, cultural moral e ético.

Investigar questões éticas presentes em todos os campos do conhecimento sob o ponto de vista cristão é uma das maiores prioridades dentro das Universidades Católicas, assim como investigar valores e normas fundamentais na sociedade e na cultura moderna. Assim a Universidade Católica tem em seus planejamentos pedagógicos a busca da formação acadêmica e profissional dos seus discentes e a preocupação e a valorização do humano presentes nas dimensões: religiosa, moral e social de maneira a formar profissionais competentes nas suas áreas de atuação e também a serviço da sociedade e com profunda valorização e respeito a vida humana. Assim os cursos de uma Universidade Católica são constituídos de disciplinas profissionalizantes e também teológicas conforme o *Ex Corde Ecclesiae* (1990):

A teologia desempenha um papel particularmente importante na investigação duma síntese do saber, bem como no diálogo entre fé e razão. Além disso, ela dá um contributo a todas as outras disciplinas na sua investigação de significado, ajudando-as não só a examinar o modo como as suas descobertas influirão sobre as pessoas e sobre a sociedade, mas também fornecendo uma perspectiva e uma orientação que não estão contidas nas suas metodologias. Por seu lado, a interação com as outras disciplinas e as suas descobertas enriquece a teologia, oferecendo-lhe uma melhor compreensão do mundo de hoje e tornando a investigação teológica mais adaptada às exigências de hoje. Dada a importância específica da teologia entre as disciplinas académicas, cada Universidade deverá ter uma Faculdade ou, ao menos, uma cátedra de teologia

Para a Igreja, a Universidade Católica é o principal instrumento na busca da verdade e da sabedoria por isso a sua tarefa principal é unir existencialmente o

trabalho intelectual e duas ordens de realidade que muito frequentemente tendem a se opor: a investigação da verdade e a certeza de conhecer já a fonte da verdade. A busca por conhecer a fonte da verdade serve ao mesmo tempo de estímulo e também de resultado final para toda a reflexão e investigação, nos diferentes campos do saber através de métodos e técnicas mais adequadas a cada área de conhecimento: Sem diminuir a importância de conhecimentos práticos a Universidade Católica se difere por sua livre investigação de toda a verdade acerca da natureza, do homem e de Deus, necessidades tão urgentes na nossa sociedade contemporânea onde apenas aquilo que é imediato e lucrativo é valorizado. Assim, a Universidade Católica dedica-se a busca completa da verdade em todos os seus aspectos, tendo como Verdade Suprema: Deus numa época em que a evolução científico-tecnológica constante resulta num grande crescimento econômico e industrial, cabe à Universidade Católica um papel especial, em encontrar um significado para todo esse progresso de forma que todos esses avanços sirvam para melhorar a vida das pessoas e da sociedade. Através da sua inspiração cristã a Universidade une o conhecimento prático a dimensão moral, espiritual e ética buscando sentido em toda essa evolução e progresso visando a totalidade da pessoa humana.

Por isso mesmo, a Universidade Católica é um espaço de estudo da realidade, com os métodos e o rigor próprios de cada disciplina acadêmica, contribuindo para a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos humanos. Essa investigação confirma a valorização da Igreja pela pesquisa e, pois, além de auxiliar a sociedade na busca constante da verdade, proporciona um testemunho tão necessário da confiança que a Igreja deposita na ciência e da investigação como busca do bem comum. Ao promover esta integração, a Universidade Católica empenha-se, no diálogo entre fé e razão mantendo em cada disciplina acadêmica sua especificidade e método sem perder de vista o que o conhecimento independente da área deve conduzir ao apreço pela verdade e contribuir para uma compreensão ampla do significado da vida humana. Aos discentes são ofertadas reflexões que proporcione uma educação que una a excelência do desenvolvimento humanístico e cultural com a formação profissional. Dessa maneira, a Universidade Católica auxilia a Igreja a oferecer respostas aos problemas e às exigências de cada época,

pois a Universidade Católica, assim como qualquer outra Universidade, está inserida na sociedade onde problemas sociais e culturais causam cada vez mais sofrimento e desvalorização da vida humana, dessa forma as disciplinas incluirão o estudo dos graves problemas contemporâneos, como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça, a qualidade da vida pessoal e familiar, a proteção do meio ambiente, a procura da paz e da ética na política que sirvam para melhorar a comunidade onde estão inserido ou fora dela.

A universidade Católica está aberta a toda a experiência humana, disposta ao diálogo e à aprendizagem de qualquer cultura e assiste a Igreja, ajudando-a a ter um melhor conhecimento das diversas culturas, a reconhecer os seus aspectos positivos ou não, e a desenvolver meios através dos quais possa tornar a fé mais compreensível aos homens duma determinada cultura.

O Evangelho transcende a todas as culturas e o Reino por Ele anunciado é vivido por homens que estão profundamente ligados culturas humanas nas quais os valores que as distinguem devem estar ligados primeiramente ao sentido de pessoa humana, a sua liberdade, a sua dignidade, o seu sentido de responsabilidade e a sua abertura ao transcendente. Nesse contexto, a Universidade Católica deve destacar-se no diálogo entre o pensamento cristão e as ciências modernas de maneira que seu corpo docente sejam pessoas particularmente preparadas em cada uma das disciplinas, mas que também haja uma adequada formação teológica a ser ofertada aos discentes para os tornarem capazes de enfrentar as questões epistemológicas ao nível das relações entre fé e razão. Tal diálogo refere-se tanto às ciências naturais como às ciências humanas as quais propõe novos e complexos problemas filosóficos e éticos.

Dentro desse propósito do diálogo cultural, a Universidade Católica pode contribuir colaborar para o diálogo ecumênico com o objetivo de promover a unidade dos cristãos e também contribuir para o diálogo inter-religioso em busca do conhecimento dos valores espirituais presentes nas diferentes religiões.

O estudo da Teologia transforma a percepção do outro. Sua fundamentação não é a experiência religiosa ou a religião como instituição, mas a fé no Deus que se anuncia. Através dela é possível considerar a existência humana como a mais importante e a intenção irrevogável de todas as coisas. Como o objetivo principal de

uma Universidade Católica é garantir a presença cristã no mundo universitário, algumas características primordiais precisam estar presentes como: inspiração cristã, reflexão permanente à luz da fé Católica sobre o conhecimento humano, com atenção à mensagem cristã e dedicação empenho institucional ao serviço do povo de Deus e da pessoa humana.

Segundo a conferência Nacional dos Bispos do Brasil uma formação segundo os princípios baseados na ética cristã precisa estar presente em todos os institutos e departamentos de uma Universidade Católica. As disciplinas precisam ter o compromisso de promover a justiça social, além do progresso acadêmico que requer estar voltada ao bem da sociedade, conforme o artigo I do decreto 01/2000 (1999) quanto a natureza e missão da Universidade Católica:

A Universidade católica é uma comunidade acadêmica que, inspirada na mensagem e pessoa de Jesus Cristo e fiel à Igreja, se dedica, de modo refletido, sistemático e crítico, ao ensino, à pesquisa e à extensão, nos variados ramos do conhecimento, e se consagra à evangelização e formação integral de seus membros – alunos, professores e funcionários – bem como ao serviço qualificado do povo, contribuindo para o aumento da cultura, a afirmação ética da solidariedade, a promoção da dignidade transcendente da pessoa humana e ajudando a Igreja em seu anúncio salvífico e serviço ao Reino de Deus.

Todos os cursos da Universidade Católica do Paraná têm em suas grades curriculares a disciplina de Cultura Religiosa. Antes da criação do Eixo Humanístico no ano de 2000 essa disciplina era dividida em duas e se chamavam Teologia I e Teologia II conforme pode ser visto no anexo I. Essas duas disciplinas estavam vinculadas ao curso de Teologia e possuíam carga horária de 30 h/a. O curso de Teologia fazia parte do Centro de Teologia e Ciências Humanas, e que hoje é chamada de Escola de Educação e Humanidades.

O conteúdo programático das disciplinas de Cultura Religiosa I e II até 1990 evidenciam o aspecto confessional da Teologia, conforme pode-se notar ao examinar os temas de estudos do anexo. I A disciplina de Teologia I tinha como temas: o homem no nosso tempo: sua grandeza e suas limitações. O homem se interroga sobre o sentido e a razão de sua existência. Interpretações da existência humana nas religiões e cosmovisões não cristãs. A revelação de Deus ao povo hebreu no diálogo da salvação. Na disciplina de Teologia II os temas eram: a

plenitude da revelação em Jesus Cristo. A igreja, Povo de Deus no novo testamento. O cristão, homem de esperança, e temas específicos concernentes a vida cristã.

A partir 1991 pode-se perceber uma mudança nos conteúdos programáticos conforme mostram o anexo II. Os temas não são mais tão voltados para religião cristã, mas se abrem para uma reflexão mais antropológica e de diversidade religiosa. Entre os temas de estudos na disciplina de Teologia I estão: fundamentos antropológicos do fenômeno religioso; as grandes religiões não reveladas, na disciplina de Teologia II: a revelação judaico-cristã e Judaísmo, Cristianismo e sincretismo religioso no Brasil.

Já se percebe nesse momento que o estudo da Cultura Religiosa não deveria ficar restrito como ensino de uma religião ou das religiões, mas sim uma disciplina que visa proporcionar o conhecimento dos fundamentos que constituem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto dos universitários. Deve-se esclarecer sobre o direito à diferença, valorizar a diversidade cultural religioso presente na sociedade, através de um objetivo ético e de promoção dos direitos humanos.

No ano de 2000 foi criado o Eixo Humanístico da PUCPR com o objetivo de articular as disciplinas filosófico- teológicas em um eixo comum de organização e planejamento. As disciplinas que compõe o eixo humanístico, também chamado de Eixo de formação humana são: Ética, Filosofia, Projeto Comunitário e também a Cultura Religiosa. As gestões do corpo docente das disciplinas são de responsabilidade da coordenação do curso onde estão vinculadas. Ética e Filosofia com a Coordenação de Filosofia, e Cultura Religiosa com a Coordenação de Teologia. A Coordenação geral do Eixo Humanístico é feito por um único Professor nomeado pelo Decanato da Escola onde essas Coordenações estão lotadas, nesse caso a Escola de Educação e Humanidades.

A partir da criação do Eixo Humanístico as disciplinas de Teologia I e Teologia II deixam de existir e se em seu lugar entra a disciplina de Cultura Religiosa com 40 horas aula. Essa disciplina vem com um conteúdo reestruturado e com os temas: O fenômeno religioso e seus fundamentos antropológicos, a abertura ao transcendente e a relação com o sagrado: na história, nas diversas culturas, no agir pessoal e sócio histórico considerando o ser humano como protagonista conforme pode ser visto no

anexo III.

As competências que se pretende que o aluno desenvolva durante o aprendizado da disciplina de cultura religiosa segundo o conteúdo programático de 2016 são:

1. Compreender que a religiosidade é um dos caminhos de busca da verdade;
2. Analisar a significação das ações humanas à luz do fenômeno religioso;
3. Respeitar as diferentes manifestações religiosas, enfatizando o espírito pluralista e o questionamento dos Preconceitos;
4. Reconhecer a contribuição das manifestações religiosas na constituição das culturas e sociedades;
5. Identificar nas tradições religiosas os processos de autoconhecimento geradores de emancipação e solidariedade humanas;
6. Reconhecer as características do sagrado e do profano na cultura;
7. Questionar as manifestações religiosas que alienam e exploram o ser humano.

Para que os conteúdos da disciplina de Cultura Religiosa sejam aprofundados e as competências desenvolvidas como aprendizado para os alunos alguns assuntos precisam ter as suas reflexões mais intensas como veremos a seguir. Uma das características da sociedade moderna é a busca por explicações e conforto para suas ansiedades. Muitos buscam a solução para esses problemas através da religião. Essa busca por experiências religiosas é caracterizada pela pluralidade possibilitando a experiências religiosas simultâneas e locais sagrados diferentes. Apesar de tantas possibilidades há uma preocupação em relação ao retorno do fundamentalismo religioso que vai afirmar como verdadeira apenas a sua prática religiosa e que muitas vezes são marcados por violência e opressão gerando intolerância de desrespeito a aquele que não participa dessa mesma crença. São frequentes as notícias de verdadeiras guerras entre religiões que disseminam ódio e violência entre pessoas e nações.

Além do religioso, vivemos uma época em que outros tipos de fundamentalismos acabam sendo geradores de desentendimentos e opressão como a ditadura do neoliberalismo, do paradigma científico moderno e do fundamentalismo político. O fundamentalismo econômico neoliberal sujeita à exclusão social milhões de pessoas. O fundamentalismo científico devasta a natureza e a vida. Por fim, o fundamentalismo político propaga com seus discursos de defesa do bem, muitas

vezes misturado com o fundamentalismo religioso, terror e ódio. O aumento dos fundamentalismos ganha força no campo do conhecimento, pelos fatos das especialidades serem desconectadas uma das outras, fazendo com que se saiba cada vez menos do todo. Dessa forma os que possuem determinado tipo de informação acabam impondo aos demais seus pontos de vista e concepções. Por essa razão existe a necessidade de que a explicação da realidade, inclusive da religiosa, não seja parcial e dominante, mas que possua a ideia da universalidade, o qual consiste na busca da verdade como um todo integrando todas as áreas do conhecimento em busca do bem comum.

Fazendo uma reflexão sobre a humanidade e sobre a cultura a antropologia da religião, procura compreender como o ser humano é visto e como se manifesta através da religião, onde são feitas pesquisas científicas do fenômeno religioso como experiência antropológica. Através das manifestações culturais e religiosas mundiais em especial aquelas que influenciam de maneira mais significativa a vida da sociedade. São analisadas as concepções antropológicas nas mais diversas culturas percebendo a riqueza que há em cada uma delas, quebrando preconceitos e revendo a forma de pensar a respeito das diversas religiões, construindo com os alunos uma visão ao mesmo tempo crítica, mas de profundo respeito e tolerância com as diferenças o que vai trazer sentido e significado através da interpretação e percepção de fatos e vivência dos povos das mais diversas culturas.

Como verificado no primeiro capítulo, existe uma orientação da Igreja através de documentos apostólicos de como as Universidades devem promover a formação integral de seus discentes através de disciplinas do Eixo Humanístico, porém muitos alunos se questionam porque falar de religião dentro da Universidade. A primeira associação é por estarem matriculados numa instituição católica, e num primeiro momento pensam que irão estudar as doutrinas do catolicismo na disciplina de cultura Religiosa o que causa uma certa resistência no início do semestre e exige dos Professores bastante empenho para desmistificar a proposta pedagógica da disciplina. Com o passar das aulas os alunos vão compreendendo que estudar as tradições religiosas é estudar fenômenos que pertencem ao coração da humanidade. Segundo as últimas pesquisas do IBGE quase 93 % da população

brasileira declaração pertencer a alguma religião e isso já faz com que a universalidade presente no ensino superior tenha o dever de estudar esse fenômeno tão presente na humanidade.

Para que os alunos possam compreender esses conteúdos se faz necessário uma abordagem pedagógica caracterizada pelo diálogo, interdisciplinaridade e integração entre os conteúdos, a pesquisa científica e a realidade. A pesquisa científica não pode ser limitada ao material, empírico ou físico. A pesquisa deve voltar-se seriamente sobre questões da existência humana pois dessa forma encontra sentido real e necessário para sociedade principalmente na época em que vivemos com tantos problemas sociais e humanitários a pesquisa precisa ir além de experiências laboratoriais para que não fiquem desarticulados da realidade.

A partir da criação do Eixo Humanístico conforme verificado anteriormente nesse capítulo, os conteúdos abrem-se para uma reflexão mais antropológica e da diversidade religiosa. O Estudo da experiência religiosa nas sociedades mostra que as pessoas buscam nas religiões respostas para o real sentido da vida e da existência e também de alento para o vazio que a finitude da vida traz. Nesse sentido também é uma experiência antropológica que busca atender o anseio das pessoas, conectando-os ao transcendente estando ou não ligados a uma determinada religião.

A aulas de Cultura Religiosa utilizam a metodologia de forma expositiva e dialogada. Os alunos recebem através do plano de ensino no início do semestre e também através das salas de aula virtuais como Eureka e Blackbord a indicação de toda bibliografia básica e complementar que são utilizadas nas aulas e também para aprofundar os conteúdos. Todas as propostas de atividades são baseadas em resolução de casos, exercícios práticos reflexivos acerca dos temas abordados. As avaliações são feitas de forma contínua e cumulativa com os resultados expressos através de notas. A média para aprovação na disciplina é 7.0 assim como nas demais disciplinas da Universidade.

Assim como as demais disciplinas a Cultura Religiosa também conta com o Trabalho Discente Efetivo, também chamado de TDE que é uma forma de atividades extraclasse orientadas pelo Professor com o objetivo de complementar as atividades

acadêmicas presenciais com temas relacionados ao conteúdo programático da disciplina. O TDE está amparado legalmente pela resolução nº 3 de 2 de julho de 2007 do Conselho Nacional da Educação (CNE). As formas de Trabalho discente efetivo, que são sempre supervisionados e planejados pelos docentes segundo o regulamento para TDE podem ser:

- Atividades de leitura e pesquisa na biblioteca ou em plataformas digitais.
- Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, como exercícios, jogos, questionários e estudos dirigidos.
- Atividades laboratoriais que envolvam desenvolvimento de experimentos, testes, simulações e práticas acadêmico-profissionais.
- Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo à universidade, com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resolução de situações-problema reais ou simuladas, estudos de viabilidade técnica etc.

Os temas de estudos conforme o conteúdo programático são:

- Fundamentos Antropológicos do Fenômeno Religioso: o sentido da existência; o ser humano enquanto ser de relações consigo, com o outro, com o mundo e com o transcendente.
- Fenômeno religioso e as respostas norteadoras dadas pelas Tradições Religiosas: para o sentido da vida; para o sentido das relações; para a morte.
- Fenômeno Religioso na atual crise da modernidade: religião enquanto busca do sentido último; a dimensão Social da Religião; religião e Ciência; religião e Política; religião e ética.

A disciplina Cultura Religiosa possibilita a compreensão do âmbito religioso e transcendente da existência humana, sensibilizando os alunos para sua importância de questões fundamentais que direcionam a reflexão para o real sentido da vida, trazendo a experiência religiosa como sentido profundo e desafiante para a sociedade contemporânea. Os elementos antropológicos, as relações consigo e com o outro trazem a reflexão diante dos desafios atuais e suas exigências nas diversas relações entre homem e sociedade bem como levam à compreensão e o reconhecimento que as ações precisam passar por uma avaliação crítica e ética da sociedade contemporânea, buscando a tolerância, o respeito e a valorização da vida acima de tudo.

Nessa proposta, a missão ética, cristã e marista da PUCPR mantem-se. É

oportunizado ao discente a oportunidade de reflexão sobre a totalidade da existência humana a partir da perspectiva do conhecer, do ser, do agir e do acreditar, estimulando nos discentes os valores de solidariedade, justiça e paz tendo como foco principal o ser humano, como construtor da sua história e autônomo para escolhas em relação a vida social e religiosa. O artigo 2 da resolução nº 101/2012 do Consun fala sobre o compromisso do Eixo de Formação humana:

O Eixo de formação Humana é parte constitutiva da missão ética, cristã e marista da PUCPR. Manifestação do seu compromisso com a formação integral dos estudantes buscando estabelecer relações entre as dimensões humana, social, tecnológica, biológica e transcendente, de modo que essa formação possibilite uma aproximação entre as diferentes áreas do conhecimento e dessas com a realidade social, conciliando os desafios da ciência com os anseios humanos.

Além dos conteúdos programáticos citados nos anexos, são poucos documentos disponíveis que tratam especificamente da disciplina de Cultura Religiosa. Nos anexos III, IV e VI foi possível reunir os únicos documentos localizados na Pró-reitora de graduação que irão mostrar essa reestruturação. O anexo III mostra a proposta de regulamentação das disciplinas do eixo Humanístico feito pelo Pró-reitor acadêmico Professor Eduardo Damião à Secretaria Geral. Na sequência o anexo V com o parecer nº 70/2012 aprova a proposta de regulamentação das disciplinas do Eixo de formação Humana. E no anexo VI a resolução nº 101/2012 aprovando a oferta e realização das disciplinas do Eixo de formação humana, do qual se originou o conteúdo programático citado no anexo III.

Além desses documentos, foram consultadas todas as atas de colegiado do curso de Teologia desde o ano de 2009, ano em que a secretaria da Escola de Educação e Humanidades começou a registrar as reuniões em ata, em busca de informações acerca da disciplina, mas apenas poucas referências foram localizadas em relação a orientação da Reitoria na necessidade de reformulação da disciplina de Cultura Religiosa.

Foram consultados verbalmente, sem realização de nenhuma entrevista formal Professores da época, inclusive um deles foi o primeiro Coordenador do Eixo Humanístico já instituído o qual nos orientou sobre a proposta de regulamentação

das disciplinas do Eixo, que foi disponibilizado para essa pesquisa através da Diretoria de Graduação. Um dos primeiros Professores leigos da disciplina de Teologia I e Teologia II falou sobre a questão confessional dos primeiros conteúdos Programáticos dessas duas disciplinas e que para que sua contratação fosse possível, além da aprovação no processo seletivo havia necessidade da aprovação do Bispo.

Atualmente o Central de Gestão de Carga horária da PUCPR, além de organizar os horários de aula de todos os cursos, faz também a distribuição da carga horárias das disciplinas por Professor, curso e Escola. Através desse setor foi possível traçar um perfil dos Professores que ministram a disciplina de Cultura Religiosa para todos os cursos da Universidade. São no total 8 Professores que ministram essa disciplina, desses 3 são mulheres e 5 homens onde apenas 1 deles é religioso. Desse total 4 Professores são mestres e 4 doutores. Esse perfil é bem diferente do passado, onde segundo Professor da época a maioria dos professores dessas disciplinas eram religiosos. Não temos dados anteriores para podermos comparar os perfis, apenas relatos informais.

3.1 ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO DA DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA

A atual pesquisa não traça dados dos alunos, mas teve como importante meio um estágio de observação, realizado durante um semestre letivo, acompanhando uma Professora de Cultura Religiosa em 4 cursos diferentes da Universidade conforme pode ser visto relatório, no anexo VII desta pesquisa. Esse estágio proporcionou a verificação da prática docente através do seu planejamento e organização da ementa da disciplina. O estágio de observação foi importante e de grande aprofundamento dos conceitos, pois foi possível ter contato com a realidade da sala de aula onde a disciplina de Cultura Religiosa é ensinada, e compreender um pouco sobre os discentes e sobre a prática pedagógica dessa disciplina em diferentes áreas de conhecimento. O acompanhamento da Professores da Cultura Religiosa foi uma experiência valiosíssima que permitiu o aprendizado e uma reflexão acerca da prática da disciplina e foi possível perceber o notável esforço da

Professora para sempre contextualizar os temas de estudos com exemplos atuais e relevantes para o curso onde estava sendo dada a aula.

O período de observação, foi realizado nos dias 01/03/16 a 22/06/2016, onde foram acompanhados os conteúdos do plano de ensino apresentado pela Professora no primeiro dia de aula. A cada mês foi feito acompanhamento de um curso diferente. A primeira turma foi de alunos dos cursos de Física e Matemática. Desde o primeiro contato com os alunos na primeira aula percebe-se o esforço da Professora para mostrar a importância dessa disciplina especialmente no que diz respeito a tolerância e o respeito com o outro, tanto é que a primeira aula após a apresentação da ementa foi com o tema alteridade onde destacou-se a importância do encontro com o outro, em tentar ver as coisas da maneira como outras veem, sem que prevaleça apenas aquilo que nós consideramos como certo ou errado, ou seja tentar conviver em harmonia apesar de tantas e diversas formas de ser e de pensar. Nos meses seguintes foram acompanhados os cursos de Contábeis, Engenharia Civil e por fim o curso de Educação Física.

Pode-se observar também que a Professora, não utilizava somente os meios tradicionais de aula. Além de explicações teóricas havia um esforço bastante notável da Professora em trabalhar com diferentes ferramentas e dinâmicas, o que tornava a aula pouco monótona e bastante atrativa. Entre os principais métodos observados destacou-se: o uso da tecnologia através da mostra de vídeos disponível no *youtube*, indicação de leituras com reportagens e vídeos disponíveis na Internet. Foi realizada uma aula sobre o tema Espaços Sagrados na FTD Arena digital que une as características de um planetário com as de um cinema digital de alta definição. É um espaço tecnológico e multidisciplinar que incentiva ações e promove um maior engajamento educacional, cultural e de entretenimento junto aos discentes e onde foi possível conhecer os diversos ambientes sagrados e os significados deles na cidade de Curitiba. Professora também apresentava exemplos sobre o tema estudados que estava ligados diretamente a área dos discentes o que despertava a curiosidade e o interesse dos alunos. Através de dinâmicas em sala de aula eram incentivados o debate e a discussão entre os alunos, além de movimentação física na divisão das equipes e no decorrer das dinâmicas.

Quanto à receptividade e expectativa dos alunos em relação a disciplina de

Cultura Religiosa foi possível notar que num primeiro contato com a disciplina há uma expressão de abstenção e de incompreensão. Nas primeiras aulas a Professora convida os alunos a partilharem suas expectativas e curiosidades a respeito da disciplina de cultura Religiosa o que é ser religioso, do que é crer, porém a maioria dos alunos não se manifesta. Após a apresentação da ementa e objetivos da disciplina, e com o passar das semanas nota-se nos alunos uma postura de maior acolhimento das propostas de estudo, especialmente daqueles conteúdos ligados a diversidade cultural e religiosa, como a importância do diálogo inter-religioso e do conhecimento dos valores humanos presentes nas diversas expressões religiosas. Observa-se um esforço por parte da professora para expor bem a proposta da disciplina e após esse momento há uma boa aceitação pelas turmas, inclusive com surpreendentes relatos por parte dos discentes de mudança de ponto de vista e forma de enxergar a cultura religiosa após o início do semestre.

Foi observado em todos os cursos percorridos no estágio que a maioria dos alunos desejam o pragmatismo no curso que escolheram, entendem que necessitam estudar as disciplinas específicas e profissionalizantes do curso que escolheram. Isso retrata o modelo de sociedade atual em que o que gera lucro, e o que tem um objetivo concreto a curto prazo são importantes. Porém a proposta de reflexão e análise crítica daquilo que não é palpável, mas que também está diretamente ligada a forma com que o profissional irá atuar após formado, que é se um profissional ético que age com princípios e valores que respeitam principalmente a vida, desperta nos discentes o interesse e a participação que em alguns momentos chegam a surpreender como dito no parágrafo anterior.

Foi possível observar o quanto é importante a interação dos temas trabalhados na disciplina de Cultura Religiosa com os demais cursos. Apesar dos temas de estudos que constam na ementa serem transversais nota-se que em alguns cursos é mais fácil o diálogo da Cultura Religiosa com as disciplinas específicas dos cursos. Nesse aspecto o empenho da Professora que foi observado durante o estágio é notável pois em todas as aulas os exemplos trazidos além de atuais e recentes tinham algum tipo de relação com o curso. Nos cursos de Contábeis, Física e Matemática pode ser que não se entenda bem a ideia do bem Comum por cima do lucro da empresa, ou a solidariedade versus o lucro empresarial

ou sucesso numa experiência exata. A adequação dos conteúdos aos diferentes cursos exige do Professor conhecer muito bem o projeto pedagógico de cada curso e entrar nas propostas sociais e humanas que, de fato, existem nas propostas curriculares, na missão da PUCPR e nos projetos pedagógicos. Enfim, a ligação da Cultura Religiosa com as temáticas dos cursos é feita de um modo intenso quando há o empenho do Professor em trazer para sala de aula contextos que permitam que o discente se identifique e se interesse de alguma maneira pelo tema de estudo.

Nota-se por relato de Professores da disciplina de Cultura Religiosa uma mudança dos discente na forma de ver a religiosidade após cursarem a disciplina. O que antes era apenas um ponto de vista, e que nem sempre era o correto acerca das expressões religiosas, após cursar a disciplina há uma nova compreensão, uma nova maneira de enxergar a religião dentro da sociedade. Há relatos importantes por parte dos alunos aos Professores de Cultura Religiosa, que após o término do semestre cursando a disciplina se tornaram mais tolerantes e passaram a respeitar e aceitar como parte da sociedade em que vive diversas expressões religiosas, sem preconceitos.

3.2 A DISCIPLINA DE CULTURA RELIGIOSA EM OUTRAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Com o objetivo de ampliar o conhecimento em relação a disciplina de Cultura Religiosa, foi feita uma breve verificação de outros exemplos de Universidades Católicas que mantêm em seus currículos a disciplina de Cultura que são a Pontifícia Universidade Católica de Minas – PUC Minas e também na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Criada em 12 de outubro de 1658 a PUC Minas nasce de um sonho idealizado por Dom Antonio dos Santos Cabral. EM 12 dezembro desse mesmo ano o Presidente Juscelino Kubitschek e o ministro da Educação e Cultura Clovis Salgado assinaram o decreto presidência número 45.046 reconhecendo a Universidade Católica de Minas Gerais.

A PUC Minas compreende que na educação superior exige ter incluídas além

da formação profissional também a formação ética propondo uma presença cristã baseada em princípios da Igreja Católica em seu meio acadêmico. Seu empenho é em formar profissionais a serviço da família e da sociedade, que busquem o desenvolvimento cultural e social baseados nos valores do Evangelho. Garante a seus discentes a liberdade de estudo, pesquisa e extensão e faz a gestão dos seus recursos administrativos aliados a finalidade Institucional.

A identidade da PUC Minas conforme descrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011 é:

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais é uma comunidade acadêmica inspirada na mensagem de Jesus Cristo e fiel à Igreja, que se dedica ao ensino, pesquisa e extensão nos variados ramos do conhecimento, de modo sistemático e crítico. A PUC Minas cuida da evangelização e formação integral de seus membros – alunos, professores e funcionários – e se empenha no serviço qualificado ao povo, contribuindo para o aumento da cultura, a afirmação da ética e da solidariedade, a promoção da dignidade transcendente da pessoa humana, o serviço da Igreja ao Reino de Deus.

A identidade da PUC Minas, conforme seu PDI, tem papel principal em toda área de atuação da Universidade através de compreensões plurais. A Universidade objetiva a busca constante pelo conhecimento aliado a autonomia da ciência e na liberdade de do pensamento acadêmico, na participação e na transformação ética da sociedade, no acompanhamento crítico das mudanças na sociedade e nos indivíduos.

A disciplina de Cultura Religiosa na PUC Minas está lotada no departamento de Ciências da Religião e é dividida em: Cultura Religiosa I e Cultura Religiosa II, sendo a primeira com 64 horas aula e a segunda com 32 horas aula. A escolha de qual período as disciplinas serão ofertadas fica a critério de cada coordenação de curso.

Essas disciplinas não tem o aspecto confessional da Teologia, mas reforça seu aspecto humano, público e inter-religioso. As reflexões Teológicas e Filosóficas presentes nessas disciplinas apontam a contribuição para formação integral dos seus alunos. Está presente em todos os cursos da instituição e auxilia a articulação de projetos interdisciplinares garantindo seu lugar epistemológico.

A disciplina de Cultura Religiosa I também chamada de: Cultura Religiosa fenômeno religioso tem como ementa:

O fenômeno religioso: experiência e linguagem. O fenômeno religioso como experiência específica: limites e possibilidades da experiência de Deus. As categorias fundamentais de interpretação e de linguagem do fenômeno religioso. A Bíblia: livro de formação cultural do Ocidente. A Bíblia em sua formação histórica, cultural e literária. Os critérios de interpretação, os temas e as perspectivas de estudo da Bíblia e a experiência mística e de abertura que o livro sagrado propicia. O cristianismo e os desafios do diálogo ecumênico e inter-religioso no contexto de um mundo globalizado. História e fundamentos da cultura e tradições religiosas afro-brasileiras e indígenas.

Já a disciplina de Cultura Religiosa II, também chamada de Cultura Religiosa pessoa e sociedade tem como ementa:

Fundamentação das práticas cristãs com referência no ensino social da Igreja. A categoria pessoa em diálogo com as categorias antropológicas contemporâneas. Temas atuais à luz do ensino social da Igreja: a família e a dimensão afetivo-sexual; o mundo do trabalho e a situação da propriedade; ordem social e política; cidadania, o compromisso com o cuidado e a defesa da vida humana e a ecologia e as perspectivas de construção de uma nova ordem mundial centrada na sustentabilidade, no amor e na paz.

As disciplinas de Cultura Religiosa ajustam seus conteúdos ao contexto pedagógico de cada curso numa perspectiva de diálogo e respeito entre todas as áreas de conhecimento e tem como objetivo principal reforçar os valores humanos e contribuir para formação dos seus discentes ressaltando suas responsabilidades sociais e éticas. Deve ser uma prática que estimule a descoberta do que há de melhor em cada um e isso tem o objetivo de formar profissionais que tenham consciência crítica, e conhecedores da realidade onde estão inseridos e que sejam capazes de agir de forma ética e com respeito ao ser humano.

A disciplina de Cultura Religiosa na PUC Minas contribui para o conhecimento dos conteúdos humanísticos e das diversas expressões religiosas do mundo. O conhecimento da diversidade religiosa e de suas fundamentações e contribuições para o processo de humanização auxilia os alunos a adquirir uma atitude de tolerância e de diálogo com as diversas manifestações religiosas que fazem parte do

mundo contemporâneo. A Cultura Religiosa estimula o pensamento crítico e complexo, e possibilita uma existência mais aberta e de diálogo com o diferente pois trata de questões humanas, nas suas condições antropológica, social, espiritual e ética. Não adianta formar um arquiteto, é necessário formar um ser humano com capacidade técnica que saiba relacionar-se bem com os outros, que reflita sobre que tipo de profissional a sociedade precisa e qual a maneira mais adequada de agir. Refletindo sobre a realidade de cada ser humano a Cultura Religiosa deixa de ser particular para pensar no global. Dessa forma as disciplinas de Cultura Religiosa I e II estão concordância com as normas que regem as instituições católicas de ensino superior conforme escrito na *Ex Corde Ecclesiae* (1990):

Uma vez que o objetivo de uma Universidade católica é garantir em forma institucional uma presença cristã no mundo universitário perante os grandes problemas da sociedade e da cultura, ela deve possuir, enquanto católica, as seguintes características essenciais: 1. Uma inspiração cristã não só dos indivíduos, mas também da Comunidade universitária enquanto tal; 2. Uma reflexão incessante, à luz da fé católica, sobre o tesouro crescente do conhecimento humano, ao qual procura dar um contributo mediante as próprias investigações; 3. A fidelidade à mensagem cristã tal como é apresentada pela Igreja; 4. O empenho institucional ao serviço do povo de Deus e da família humana no seu itinerário rumo àquele objetivo transcendente que dá significado à vida.

A PUC Campinas começou suas atividades no dia 7 de junho de 1941, quando foi fundada sua primeira unidade formada pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Na época a Diocese de Campinas comprou o casarão de propriedade de Joaquim Polycarpo Aranha, também conhecido por Barão de Itapura. Pouco tempo depois o casarão construído no final do século XIX ficou pequeno para acomodar todos os cursos da Universidade. Dessa forma os novos campi foram surgindo: o Campus I, o Campus II, o Seminário e o Instituto de Letras para atender as demandas de espaço da Universidade.

A missão da PUC Campinas conforme divulgado em seu site é:

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores ético-cristãos, considerando as características socioculturais da realidade, tem como missão produzir, enriquecer e disseminar o conhecimento, contribuindo com a construção de uma sociedade justa e solidária, por meio de suas

atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à capacitação profissional de excelência e à formação integral da pessoa humana.

Para cumprir a sua missão institucional, a PUC-Campinas tem como meta para a execução de suas atividades os seguintes valores:

- 1.Solidariedade
- 2.Compromisso social
- 3.Responsabilidade com o meio ambiente
- 4.Participação e corresponsabilidade
- 5.Responsabilidade com a formação integral da pessoa humana
- 6.Proatividade
7. Desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira

Na PUC Campinas, a disciplina de Cultura Religiosa surgiu com esse nome de 1941 até meados de 1960. Após mudou o nome para Teologia, e a partir de 1978 passou a ser chamada de Antropologia Teológica qual passou por uma reestruturação em 2004. Analisando as ementas dos cursos disponíveis no site da PUC Campinas foi possível perceber que no início, era uma disciplina separada dos currículos, mas após reunião do conselho universitário foi proposto repensar os fundamentos, os objetivos e as dificuldades da disciplina frente aos novos desafios que surgiram no ensino universitário nos últimos anos na PUC Campinas.

A disciplina de Antropologia Teológica é dividida em parte A (pessoa), parte B (mundo) e parte C (ética e ciência). Elas são ofertadas a todos os cursos da Universidade por determinação da Igreja Católica. É uma disciplina reflexiva, confessional, mas não catequética.

Todas as partes da disciplina de Antropologia Teológica são planejadas em 3 momentos. Momento sobre o ser humano à luz da Teologia: Antropologia Teológica A (ATA) onde é a reflexão que ressalta a realidade histórica em que o universitário está inserido não partir do fenômeno religioso como algo dado, mas procurar mostrar como o religioso se apresenta diluído nos diferentes segmentos da sociedade. A ementa desse momento é feita a partir de conceitos teológicos, que incentivam o aluno a problematizar e analisar o ser humano na atualidade, em que vive, e a cultura nela produzida.

Momento Antropológico: Antropologia Teológica B onde a reflexão que se

propõe a interpretar a relação da realidade, abordada em ATA com o saber teológico, especialmente a partir da chave de leitura da fé cristã, e também pensar quais caminhos o cristianismo pode ofertar à sociedade levando em consideração o ambiente e o saber científico de onde o curso é desenvolvido. Consideram-se as contribuições de outras religiões e não se restringe a uma abordagem confessional.

Momento Ético: Antropologia Teológica C: é a reflexão e a proposta de um agir enfatizando o diálogo com o saber específico de cada ciência. Representa a contribuição da Universidade motivado por sua missão, para que o universitário entenda a importância histórica, ética e cultural de suas ações na sociedade. Sua ementa é fundamentada na ética teológica e no do diálogo com as diversas religiões, e com as várias áreas do conhecimento humano, oferece ao aluno condições para pensar em como resolver os desafios atuais da melhor forma possível. Os professores se esforçam ao máximo mostrar a relação entre teologia e o curso, mostrar o porquê de se estudar a fim de formar seres com valores humanos. Mostrar, por exemplo, que a dimensão religiosa não pode ficar fora da formação acadêmica do aluno e que tudo que é profundamente cristão é profundamente humano.

4 - DIVERSIDADE: REFLEXÃO CULTURAL, SOCIAL E RELIGIOSA PRESENTES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

A grande diversidade sócio cultural brasileira revela a riqueza dos costumes, crenças, organização familiar etc. O encontro de todos esses aspectos diferentes constitui a nossa identidade sociocultural. Tal diversidade nos leva a refletir nos diversos fatores que influenciam nosso agir em sociedade, pois o convívio pacífico, tolerante e respeitoso é imprescindível numa sociedade democrática e igual para todos. Esses aspectos da diversidade são importantes questões quando se trata relacionamento com o outro, no caso específico dessa dissertação do relacionamento entre aluno, Professor e comunidade acadêmica e também com as pessoas com quem esses profissionais irão se relacionar durante a academia e depois de formados.

A sala de aula e o espaço universitário são campos férteis para a prática da compreensão, da tolerância e da aceitação do outro, questões tão presentes no estudo da disciplina de Cultura Religiosa e para que a prática de solidariedade seja colocada em prática se faz necessário a reflexão constante desses aspectos da nossa sociedade, motivo pelo qual esse capítulo foi construído, fazendo referência e conceitos sobre os aspectos culturais, sociais e religiosos tão presentes no nosso ambiente universitário e nas relações humanas que transpassam os muros da universidade.

A convivência dos indivíduos com tudo aquilo que é diferente na sociedade é como se fosse um prolongamento de si no outro, esse outro que carrega consigo uma parte da nossa identidade, e nessa perspectiva há o reconhecimento de que somos todos naturalmente iguais e que podemos conviver em harmonia apesar de nos vestirmos, falarmos e termos costumes diferentes e até mesmo de posições ocupadas no ambiente universitário: Professor, aluno, funcionários. Apesar disso, alguns grupos insistem em impor a sua forma de ver o mundo contra os demais, gerando comportamentos prejudiciais a convivência que são: o preconceito, a discriminação e a intolerância.

O artigo 5º, capítulo I, da Constituição Brasileira declara “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, porém muitos

acontecimentos nos mostram que ainda há muito a ser feito. Intolerância religiosa, discriminação racial, perseguições e violência a gays nos fazem perceber que ainda estamos distantes desse estado onde as escolhas individuais dos cidadãos sejam plenamente respeitadas e que todos possam viver livremente suas e com dignidade suas escolhas. Quando alguém é humilhado, discriminado ou agredido devido sua cor, crença ou orientação sexual, ele tem seus direitos constitucionais desrespeitados.

Dessa maneira a formação humanística presente nas Universidades Católicas através das disciplinas do Eixo Humanístico, inclusive Cultura Religiosa precisam ter como princípios dos seus conteúdos a valorização da dignidade humana, o respeito e a tolerância independente da prática religiosa, etnia ou qualquer outra forma de ser.

4.1 DIVERSIDADE CULTURAL

A palavra cultura pode ser entendida como um conjunto que envolve costumes, conhecimentos, hábitos e crenças de um determinado povo, que vai sendo construindo historicamente formando um grupo de valores e normas de condutas específicos. A definição do termo cultura se encontra no centro das discussões acadêmicas no campo das ciências humanas e sociais, pois fazem parte da forma como as pessoas agem na sociedade. A convivência em sociedade deveria fazer com que os indivíduos reconhecessem um prolongamento de si no outro; esse outro que carrega consigo uma parte da sua identidade cultural e histórica, e nessa perspectiva reconhecer de que somos todos naturalmente iguais e que podemos conviver em harmonia apesar de nos vestirmos, falarmos e termos costumes diferentes.

Esse cenário é materializado em um país como o Brasil com vasto território que é marcado por grandes diferenças culturais. Cada região do Brasil é marcada pela influência das pessoas que ali vivem e de pessoas de outras regiões que migram para lá. A população indígena, os colonizadores vindos da Europa e os escravos vindos da África foram os primeiros responsáveis a difundir as

manifestações culturais em nosso país. Aspectos como comidas típicas, danças, religiosidade entre outros costumes daquela época ainda podem ser identificados na atualidade. A cultura brasileira, inicialmente indígena se transforma conforme relata Ribeiro (1995, p.30):

No plano étnico cultural essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui aquerenciados. Era o brasileiro que surgia, construindo com tijolos dessas matrizes à medida que eles iam sendo feitos.

A diversidade se faz presente em vários setores da nossa sociedade. Pela convivência de pessoas de diferentes culturas num mesmo território é possível desenvolver a capacidade de aceitação da diferença e conviver bem com elas. A cultura expressa diferentes linguagens, diferentes formas de vestir, de comer, de crer, de morar, de celebrar, de dar a mão, de se relacionar com o outro, e também de simbolizar as diferenças nessas relações. Assim é possível perceber semelhanças culturais, mas jamais culturas idênticas. As trocas simbólicas de valores, costumes, tradições são singulares a certos grupos sociais, assim não se pode considerar que produção/criação/elaboração humana seja consenso, mesmo em seus aspectos culturais. Como a cultura é bastante diversa e com tempo vai se transformando, perde e incorpora novos hábitos. Naturalmente, as pessoas ao conviverem nesse meio, acabam aceitando e enxergando diferentes formas de ver uma mesma realidade, ampliando seus conhecimentos e sua visão de mundo.

Isso tudo nos ensina que as diferenças de cada cultura são explicadas pela sua própria história cultural. E por isso, é necessário entender a cultura dentro dela mesma, nunca destacada de seu lugar e contexto histórico. Logo se conclui que não há lugar para discriminação e hierarquização de valores e culturas, já que valores e culturas têm o poder de enraizar o ser humano em modos de vida, em modos de ser, em modos de viver que o sujeita a práticas e comportamentos conforme comenta Rodrigues et al. (2015 p. 98), “a cultura não é apenas um processo de adaptação da natureza ao desejo do ser humano, mas é também uma linguagem comunicadora de significados e valores”.

A cultura mostra diferenças nas configurações humanas, porque a cultura e

os seus significados são gerados de acordo com as possibilidades e necessidades de cada grupo social. Desse modo é possível perceber que valores, costumes, tradições são comuns a certos grupos sociais dentro de uma mesma sociedade e dessa forma percebe-se a existência da diversidade.

Sobre a palavra diversidade sabe-se que se origina do latim, que significa: diferença, dessemelhança. O conceito de diversidade dos dicionários é de disparidade, variação, pluralidade, significando o contrário da uniformidade e da homogeneidade.

A diversidade cultural, em sentido literal à multiplicidade de culturas ou de identidades culturais, busca ser sinônimo de diálogo e de valores compartilhados, cuja superação deve-se fazer por meio de práticas e políticas que valorizem a interação e comunicação entre diferentes sujeitos e grupos culturais, sem buscar homogeneizar, excluir ou justificar as culturas.

Todo indivíduo observa e vive a diversidade em função dos referenciais que carrega, dos óculos culturais que usa, quer sejam valores, tradições culturais, educacionais ou religiosas, o modo de externar as emoções e a própria sensibilidade. Dessa forma as pessoas aprendem a ver, e viver, culturas diferentes das suas, as julgam do próprio ponto de vista, o que lembra Nelson Mandela quando diz que “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se pode aprender a odiar, pode ser ensinado a amar”

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* UNESCO, 2002, no art. 1º declara que: “a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. ” Essa diversidade se faz presente na pluralidade de identidades que compõe os grupos e as sociedades que formam a humanidade. Fonte de interação, inovação e de criatividade, a diversidade cultural é a raça humana, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Conclui-se que sendo patrimônio humano deve ser respeitada e reconhecida para que os que estão por vir se apropriem da riqueza de suas contribuições.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a cultura, em sua 33ª reunião, celebrada em Paris, de 03 a 21 de outubro

de 2005, afirma que “a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade. ” Dentro desse contexto, compreende-se que as culturas não são estáticas, elas evoluem justamente no contato contínuo de culturas diferentes cujas experiências são necessárias e ricamente intercambistas.

Na história da humanidade as sociedades multiculturais se formam por conta do movimento humano, devido a deslocamento dos povos pelas mais diferentes razões: desastres naturais, guerras, conquistas, trabalho escravo, alterações geológicas, ecológicas e climáticas, etc....

Além do movimento, também a seleção natural e a adaptação ao meio em que vivem, contribui para a evolução cultural. Portanto as raças não são entidades estáticas ou permanentes, pois apresentam estágios de evolução e mudança. Por exemplo, a migração das tribos africanas para a Europa, e o consequente isolamento nesse ambiente, distinguiu esse povo daquele que permaneceu em sua origem.

4.2 DIVERSIDADE SOCIAL

No campo social temos vários aspectos a serem considerados quando falamos de diversidade. Alguns deles que iremos ver a seguir são: raça e etnia, juventude negra e indígena, deficiência, homossexualismo E gênero. Iniciaremos com a discussão em torno do tema raça e etnia tão constantes na sociedade contemporânea, sobretudo porque essa questão está no cerne dos conflitos que o mundo vem atravessando, por conta de guerras, exclusão social, discriminação racial e religiosa presentes em alguns países. Nossa comunidade acadêmica acolhe em seus membros todos esses aspectos, portanto se faz necessária uma reflexão sobre esses pois um Professor, funcionário ou até mesmo discente que não esteja preparado, ou pelo menos ligado inteiramente a missão da instituição poderá agir de maneira que não seja respeitosa e tolerante durante a sua formação e também na sua vida em sociedade.

O conceito de raça está intimamente relacionado com o fator biológico, as diferenças de características físicas que fazem de grupo social um grupo particular

como cor de pele, cabelo e outras características genéticas.

O conceito de etnia está relacionado a cultura, maneiras de viver, costumes, afinidades linguísticas de um determinado povo criam as condições de pertencimento àquela determinada etnia. Pode-se compreender melhor as questões étnicas a partir dos inúmeros exemplos presentes na mídia, como os conflitos entre grupos étnicos no oriente médio que disputam por territórios ou questões religiosas. Porém esses conceitos não são suficientes para que se possa compreender a triste realidade das pessoas que sofrem por conta dessas diferenças, sobretudo os negros e indígenas aqui no Brasil conforme a Secretaria de Direitos Humanos (2013)

A pluralidade, constituída por várias etnias, culturas, religiões, identidade de gênero, diversidade linguística, se consolida a partir do pressuposto de que todas as pessoas são consideradas iguais, a partir de seus locais de cultura, cada qual com suas diferenças.

Atualmente, existem leis que protegem os cidadãos da discriminação racial:

- Lei nº 9.459, que complementou a Lei nº 7.716, onde o racismo é definido como crime.

- Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei nº 9.394/96 – das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo no currículo oficial do ensino a obrigatoriedade de temas de História e Cultura Afro-Brasileira.

- Lei 12.7811 define que as Universidades devem reservar um percentual para pessoas autodeclaradas negros, pardos e indígenas

A juventude negra e indígena enfrenta vários desafios que vão desde o acesso a condições de saúde e educação até formação profissional o que pode ser uma das causas dos alarmantes índices de alcoolismo, drogas e doenças sexualmente transmitidas segundo a Secretaria de Saúde.

Outra questão que a sociedade enfrenta é definir o que é ser normal. A resposta é: ser como todo mundo é. Aqueles que não se enquadram nos padrões ideais acabam sendo deixados de lado, e isso infelizmente acontece com quem tem algum tipo de deficiência física ou mental. As pessoas com deficiência são vistas infelizmente como incapazes, são indivíduos ativos que leem através do braille, falam

através da linguagem de sinais e expressam seus pensamentos e sentimentos através de imagens e dessa maneira decifram e interagem com o mundo. Assim são capazes de namorar, estudar, trabalhar, enfim, fazer o que todas as pessoas fazem, desde que tenham garantidas as condições de acessibilidade que necessitam ser asseguradas para todos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que os direitos humanos são para todos, mas na prática, comumente esses direitos são negados às pessoas com deficiência. É necessário garantir que a legislação voltada para pessoas com deficiência garanta direitos mais amplos como: saúde, trabalho e lazer, através de uma educação inclusiva e de qualidade, tratamentos médicos e psicológico, segurança social econômica enfim, que os direitos básicos sejam capazes de fazer com que a pessoas com deficiência levem uma vida digna como qualquer outro ser humano. Todas as empresas que possuem mais de 100 (cem) funcionários são obrigadas por lei a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas reabilitadas ou com algum tipo de deficiência. Em concursos públicos 20% das vagas devem ser reservadas para pessoas com deficiência conforme Lei nº 8.112/90. Todos têm direito ao trabalho e negar uma vaga de emprego por causa de uma deficiência é crime de discriminação. A empresas precisam criar oportunidades e condições dignas de trabalho. Dentro da PUCPR, condições de acessibilidade são garantidas para os alunos, através de laboratórios específicos e também adequação física da estrutura para que todos possam se locomover e estudar sem dificuldades.

A discussão sobre as diferenças, seja sobre aspectos sexual ou racial, se faz presente na maioria das universidades do Brasil por serem infelizmente alvo de intolerância e por parte da comunidade acadêmica. Uma das formas criadas para discutir essas questões é o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES) que é realizado dentro das Universidades do país.

Por muito tempo a psiquiatria considerava que as pessoas homossexuais portavam algum tipo de patologia. Desde 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais, declarando que a homossexualidade não é uma doença, nem física e muito menos psiquiátrica e que nenhum profissional da saúde pode tratar como patologia a homossexualidade. Nesse contexto a origem do comportamento sexual é debatida: se é determinado ou

construído pela sociedade.

Para falar sobre questão de gênero é importante primeiro definir o que significa este conceito. Na sociedade as diferenças corporais e sexuais formam a ideia do que é ser homem ou mulher, feminino ou masculino e essas representações são chamadas de gênero. Dessa forma a questão de gênero está inteiramente ligada a forma como a sociedade define padrões de comportamentos e condutas para homens e mulheres e dessa maneira também a sociedade organiza valores, desejos e comportamentos acerca da sexualidade.

Diversos movimentos debatem sobre esse tema levantando a várias possibilidades de interpretação, seja ele em relação a distribuição de poder, mercado de trabalho e participação na política. O decreto nº 7.037/2009 reforça o que já tinha sido orientado pelo ministério da Educação (MEC) que as questões de diversidade, identidade de gênero e orientação de gênero carecem de ser trabalhadas na escola de forma a contribuir para que a educação se constitua um dos pilares de relações sociais mais justas e igualitárias.

4.3 DIVERSIDADE RELIGIOSA

Todos os seres humanos pertencendo à mesma espécie ainda dependem do equilíbrio entre si. Ao pensar que por sermos todos parentes ainda que de longe, concluímos que não deveria haver justificativa ou motivos para a discriminação e exclusão.

E a religião, nesse contexto, também contribuiu no processo de construção histórica da cultura, ou seja, o ser humano é ao mesmo tempo produtor e produto da cultura em que está inserido. Destacamos a ligação entre cultura e humanidade e a forma em que se dá a relação com o transcendente em diferentes povos. Ao mesmo tempo em que a cultura protege e fortalece o modo de ser de cada povo, nação, sociedade e grupos, ela própria é influenciada pela forma tão peculiar de crer. Assim a leitura do transcendente e as regras culturais que orientam o dia a dia de grupos diferentes estão ligadas às estruturas religiosas e seus ensinamentos.

Entende-se também que em relação às religiões, cada cultura tem uma gama

de elementos que se entrecruzam e carregam inúmeros significados que são manifestados como sinais, signos, símbolos, rituais, códigos, cuja interpretação e significância são muito pessoais, pois dependem do referencial de cada um, da ótica de cada indivíduo. A sociedade, as religiões e a própria cultura têm ainda outro fator que influencia esse sistema de significação que é a história cultural. O ser humano contemporâneo é influenciado pelo seu antecedente, e acaba por influenciar os que virão. Dessa forma, a construção do aparato social e cultural reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas gerações que nos precederam, portanto o com o passar do tempo o ser humano vai mudando e renovando o seu patrimônio cultural. Assim comenta Ales Bello (1998 p. 280) “Porém creio que a religião tenha sempre uma função de justificativa profunda da cultura, que todos os fenômenos culturais tenham uma raiz religiosa, ainda que estivesse pouco explicitada ou pouco recordada.”

A riqueza dessas ideias sobre cultura e diversidade deve servir como motivação para que esses estudos sejam incluídos nos currículos escolares, como: os povos originários indígenas, os imigrantes europeus, os escravos africanos, pois todos que contribuíram para formação da nossa cultura nos aspectos da linguagem, costumes alimentares, artes, ritos religiosos, música, danças, vestimentas, entre outros. Nessa perspectiva, espera-se que a escola venha incrementar o diálogo, humanizar as relações e educar para a liberdade e o respeito das diferenças.

Portanto, é importante reconhecer que a diversidade cultural não existe somente entre grupos distintos, mas também dentro deles. Da mesma forma, as identidades não são singulares. Cada indivíduo é portador de uma identidade múltipla e complexa que o torna um ser único e também participante várias comunidades distintas, com aspectos também distintos como: etnicidade, descendência, religião, crenças, língua, modos de vida e localização geográfica.

Essas várias identidades culturais são importantes tanto para a vida privada quanto para a esfera da vida pública. Conseqüentemente, há necessidade de garantir a proteção dos direitos dos indivíduos tanto das políticas públicas como das restrições impostas a suas várias identidades coletivas, que podem impedir o acesso de indivíduos aos direitos que lhes são conferidos por lei.

4.3.1 A leitura religiosa no ambiente escolar

A religião é um dado humano e, ainda que não seja possível estabelecer um ponto exato e inquestionável de início, a religião é um aspecto que distingue o ser humano das outras espécies. A religião mostra a origem e o fim de tudo além de pretender orientar o comportamento das pessoas no mundo. Em síntese a função da religião é contribuir no processo de humanização, de afastar o ser humano das determinações biológicas é torná-lo humano.

A compreensão da leitura religiosa como aspecto cultural é perpassa os referenciais para os que no espaço escolar irão discutir a questão da diversidade da sociedade.

Ainda que se perceba o avanço das tecnologias em áreas diversas, como os meios de comunicação, de transporte, da medicina, entre outros, o que, em tese, poderia transmitir uma impressão de avanço rumo às liberdades individuais e coletivas, ainda se testemunha atitudes preconceituosas e (absurdas) lacunas na sociedade. Onde a tecnologia poderia dar condição de aproximar os seres humanos, independente das distâncias reais, o que se percebe é a exclusão daquele que pouco ou muito é diferente de uma normalidade coletiva.

Se os avanços tecnológicos e econômicos ainda não oferecem resposta à minimização das relações humanas que estamos enfrentando, então há uma busca de espaço para que a esperança seja trocada pelo conformismo. Percebe-se a partir daí outra área da produção humana que há milênios tem buscado as respostas, ou significados que resinifiquem os relacionamentos. E acertou quem pensou em Religião.

A liberdade religiosa está proposta no artigo 18 da Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1998, p. 04):

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Refletir sobre a possibilidade de reduzir conflitos, de religar o Criador à sua criatura, ou de simplesmente encontrar um caminho onde a esperança oriente os passos no futuro são algumas justificativas para que a religião e os seus objetivos façam parte do projeto da coletividade humana. Religião entendida como meio de organizar a sociedade, pretende contribuir para a ampliação de um sistema de valores que promova os direitos humanos e a convivência.

Ainda que se encontrem, de forma recorrente, pistas da religiosidade nos meios de comunicação, nas relações sociais, econômicas e políticas, e nas diferentes configurações de sociedade, ainda é preciso refletir se há clareza do papel da religião.

É inegável que algumas angústias humanas podem ter respostas por meio das religiões, como por exemplo, esclarecer sobre destino ao explicar de onde vim e para onde vou. E este último questionamento, é o destino de todos os seres vivos: a morte. A gênese das religiões municia, pelo menos a quem nelas busca resposta, de ferramentas para compreensão do curso da vida. Assim, nossos ancestrais primitivos já se debruçavam a respeito do conhecimento de si próprios, refletindo sobre a mortalidade aprofundando a busca por significação.

As tradições religiosas expressam o fenômeno religioso cuja intenção também é fazer uma descrição, a mais detalhada e ampla possível, principalmente de fatos concretos presentes no universo religioso (ALVES, 2009, p. 15). Além disso, pretendem possibilitar um entendimento histórico da gênese e desenvolvimento das religiões, evitando as armadilhas do reducionismo histórico, que podem aprisioná-lo a fatos e acontecimentos, afetando a percepção das inter-relações com diferentes áreas da vida.

Com essa perspectiva de educar o ser humano para a vida se encontra o estudo da religião no espaço escolar. O resultado do estudo do fenômeno religioso de uma religião quando comparado com o de outra, visa identificar semelhanças e diferenças nos rituais, doutrinas e estruturas religiosas. A identificação de pontos comuns possibilita a percepção de que as tradições religiosas como um fenômeno antropológico universal.

Quando o ser humano se pôs a perguntar sobre a origem da vida, seu sentido e finalidade ativou um movimento extremamente dinâmico, o qual foi responsável

por seu distanciamento dos limites biológicos e pela aproximação do processo de humanização, entendido como a busca de algo mais, que extrapole as necessidades básicas da sobrevivência. Imagina-se que as perguntas tenham inicialmente focalizado abordagens religiosas que pretendiam dar respostas a questões inquietadoras para os humanos. É interessante ressaltar que muitas dessas questões, na atualidade, compõem o cerne das pesquisas de diferentes aspectos da ciência, fazendo o meio acadêmico e de pesquisa se apresentar como um universo interdisciplinar em que já não existe a superioridade entre saberes, o que torna positiva a busca por clarificação de perguntas antes situadas no contexto das religiões.

A fenomenologia firmou-se como condição para a reflexão a respeito de religiões que perduraram durante algum tempo, em uma época em que eram analisadas segundo a ótica de uma cultura e de uma tradição religiosa que se presumiam superiores. É fato que o fenômeno religioso se manifesta no bojo de uma cultura. É a cultura que marca profundamente a maneira de ser e viver do ser humano, e revela à sua maneira de perceber-se, estar e agir no mundo.

A compreensão dos fenômenos religiosos deveria ser busca constante de diferentes áreas acadêmicas, não limitando-se aos conhecimentos básicos de textos sagrados, os que se dedicam a estudar as Políticas carecem pensar nas questões de política internacional, atreladas aos fatores religiosos; aqueles que se dá a pesquisar a área econômica encontrar-se-ão confrontados pelos efeitos de uma ética diretamente ligada ao modo religioso de se viver, por exemplo, quando o pano de fundo do contexto analisado envolver ações de islâmicos.

Os estudos dos aspectos religiosos precisam perpassar toda a Educação Básica, a formação continuada, e também a formação dos novos profissionais nas Universidades, pois o conhecimento da pluralidade religiosa pode servir para superar preconceitos na convivência de diferentes gerações na Educação. Aí a Ciência da Religião vem disponibilizar conhecimentos mais confiáveis e isentos a respeito do tema. Esse conhecimento ainda pode contribuir em outras áreas, por exemplo: para a formação de adultos em ambientes eclesiais; no mundo político, tanto a fundação de partidos, quanto na assessoria política; no campo da iniciativa privada é possível a oferta de treinamento de executivos (JUNQUEIRA, 2009, pp.

15-23). Enfim não há nenhum campo da transmissão de conhecimento no qual se possa abrir mão, em sã consciência, de pareceres científico–religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de entender como a disciplina de Cultura Religiosa da PUCPR colabora na formação integral e humana dos seus discentes, essa pesquisa buscou investigar a relevância dos seus conteúdos e o contexto da Universidade Católica onde ela está inserida.

A pesquisa evoluiu iniciando com um levantamento histórico das políticas educacionais e das instituições de ensino superior até chegar as Universidades Católicas, especificamente a do Paraná – PUCPR. Esse levantamento se fez necessário para contextualizar o espaço e as características de uma Universidade Católica onde as disciplinas de formação humana, ou do Eixo Humanístico como são chamadas na PUCPR acontecem.

Constatou-se que o ambiente universitário é um ambiente capaz de proporcionar aos discentes um espaço de interação e convivência entre pessoas de diferentes origens, costumes e crenças religiosas fazendo com que cada um possa ampliar suas visões de mundo partilhando o mesmo espaço democraticamente. Dessa forma a disciplina de Cultura Religiosa e as demais disciplinas do Eixo Humanístico da PUCPR tem papel fundamental na formação de novos profissionais que no seu cotidiano pessoal e profissional tenham atitudes voltadas ao respeito e a manutenção da dignidade humana independente da raça, tipo ou credo dos seus clientes, pacientes e pessoas com quem venham a se relacionar.

Documentos apostólicos foram pesquisados e também fontes documentais da PUCPR que regulamentam as disciplinas do Eixo Humanístico onde está incluída a disciplina de Cultura Religiosa. Dentre os documentos apostólicos a constituição *Ex Corde Ecclesiae*, escrita pelo Papa João Paulo II expressa a identidade de uma Universidade Católica. Nesse documento, citado em vários momentos nessa pesquisa, o Papa fala que no nosso mundo moderno onde a ciência e a tecnologia crescem muito rapidamente, a Universidade assume um papel extremamente importante e urgente afim de que todo esse progresso e conhecimentos adquiridos estejam repletos de significados e que sejam utilizados para o bem da sociedade e da pessoa humana. Através dessa pesquisa foi possível confirmar esse

compromisso da PUCPR com a sociedade e também com as recomendações do Pontificado.

Os conceitos da disciplina de Cultura Religiosa na PUCPR foram aprofundados através da realização de um estágio supervisionado onde foi possível observar a prática docente de um mesmo conteúdo em cursos de áreas de conhecimento diferentes, experiência riquíssima principalmente ao notar o desafio enfrentado pelo Professor para fazer com que o aluno participe da aula e que o conteúdo apresentado faça sentido para ele independente da área profissional em que vai atuar.

Optou-se também por fazer um breve levantamento de como a disciplina de Cultura Religiosa é apresentada em duas outras instituições de ensino superior Católica que foi a PUC Minas e PUC Campinas, onde foi possível verificar que assim como na PUCPR a formação humana do discente está alinhada a missão das Instituições e também as recomendações dos documentos eclesiais para as Instituições Católicas de ensino

A complexidade que envolve a problemática social, cultural e religiosa é um passo bastante importante na construção de uma ementa curricular capaz de fazer com que o aluno reconheça que ele também tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo de construção de uma sociedade justa, tolerante e de profundo respeito à dignidade humana. Dessa forma a reflexão sobre os aspectos culturais, sociais e religiosos presentes na sociedade e também na comunidade acadêmica da PUCPR foi relevante para entender o universo em que os discentes estão inseridos e também ensinar que a sociedade para quem esses profissionais estão sendo formados é diversa e que precisa ser respeitada, compreendida e reconhecida como parte da sua identidade social e cultural. Dessa maneira para que uma disciplina atinja seu objetivo de formação não apenas profissional de seus alunos, mas também de conscientização para vivência democrática em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem e isso se dá através do conhecimento.

Outro dado interessante dessa pesquisa foi mostrar o grande desafio das instituições de ensino em fazer com que seus discentes e futuros profissionais reconheçam que as diversidades culturais, sociais e religiosas são inseparáveis da

identidade nacional, e que a riqueza representada por ela compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, fazendo que com superem qualquer tipo de discriminação e valorizem a trajetória particular dos grupos e pessoas que compõem a sociedade. Nesse sentido, a Universidade deve proporcionar a seus alunos um local de aprendizagem onde as regras do espaço público permitem a coexistência, com igualdade dos diferentes, alimentando a cultura da paz baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos pois a Universidade é um espaço multicultural, porque a sociedade é um também, onde todos devem viver com as diferentes culturas e modos de ser, num profundo respeito à dignidade humana.

Assim pode-se entender que a discussão que a disciplina de Cultura Religiosa da PUCPR propõe sobre a convivência pacífica e tolerante em sociedade, alinhada a inspiração cristã e a busca da verdade orientada pela Igreja, atinge seu objetivo de formar profissionais reflexivos, conhecedores da realidade onde estão inseridos e capazes de conduzir duas ações de maneira ética e de respeito ao ser humano, levando em consideração que todos são iguais portadores de direitos que precisam ser respeitados, apesar das suas diferenças

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, jan.03. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso 16/10/2016

_____. Lei nº 11.340/06, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF ago. 06. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso 22/10/16

_____. **Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Brasília, DF, nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm. Acesso em 15/10/16

_____. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor. Brasília, DF jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso 16/10/2016.

_____. Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF dez 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso 17/10/2016.

_____. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 10/10/16.

ALES BELLO, A. (1998). **Culturas e religiões**: uma leitura fenomenológica. (A. Angonese, Trad.). Bauru: EDUSC. (Publicação original de 1997).

ALVES, L. **Cultura religiosa** — caminhos para a construção do conhecimento. Curitiba: Ibpex, 2009.

ANTONIAZZI, Alberto. **Tendências atuais das universidades católicas no Brasil**.

R. **Cult**, Petrópolis, 44-53, out. 1975.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diferentes Diferenças – Educação de qualidade para todos**. Ministério da Educação. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ética e Cidadania – Construindo valores na escola e na sociedade**. Ministério da Educação. Brasília: 2004.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Cartilha dos Direitos Humanos**. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2005.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Diretrizes e normas para as Universidades Católicas**. Disponível em http://www.liturgiacatolica.com/pluginAppObj_192_16/Universidades.pdf. Acesso em 16/11/16

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – UNESCO 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso 28/11/16.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 13 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

Estatuto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - 2012. Disponível em: <http://www.pucpr.br/arquivosUpload/5370463411338897443.pdf>. Acesso em 26/11/16.

HOERNER JUNIOR, Valério. **História dos 50 anos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Paraná: Champagnat, 2009

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira. **A diversidade no curso de pedagogia no Brasil: construção de uma experiência para os direitos humanos**. Educação em Revista (UNESP. Marília), v. 10, p. 15-28, 2009.

Missão da PUC Campinas. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/institucional>. Acesso em: 29/11/16

PAULO II, João. **Ex Corde Ecclesiae**. Vaticano: Igreja Católica, 1990. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15081990_ex-corde-ecclesiae.html. Acesso 01/06/2016

PAULO VI, Papa. **Gravissimum Educationis**. Roma: Igreja Católica, 1965. Disponível: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html. Acesso 03/06/2016

Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011 PUC MINAS. Disponível em:

Plano de ensino do curso de Pedagogia PUC MINAS. Disciplina de Cultura Religiosa I e II. Disponível em: <http://www.pucminas.br/unidade/coracao-ucaristico/ensino/graduacao/Paginas/Pedagogia-Licenciatura.aspx?Tipo=152f25a5-fa8d-4d04-a7ba-57b6b4c21265&campi=ab23480c-5f60-4752-b990-1ac1cf9b8cf5&curso=237&turno=2>. Acesso 29/11/16

Plano estratégico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/apc/planoestrategico.php>. Acesso em 27/11/16 as 21:31

REDE MARISTA INTERNACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Missão marista na educação superior**. Curitiba: Champagnat, 2010

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sergio Rogerio Azevedo; MARTINS FILHO, Lourival José. **Perspectivas pedagógicas do ensino religioso. Formação inicial para um profissional do Ensino Religioso**. Florianópolis: Insular, 2015.

RUSSEL, Bertrand. **Religião e Ciência**. Ribeirão Preto: SP: FUNPEC, 2010.

SAPIENTIA CHRISTIANA. 1979. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15041979_sapientia-christiana.html. Acesso 03/06/2016

ZOCCOLI, Marilise Monteiro de Souza. **Educação superior brasileira: política e legislação**. Curitiba: Ibpex, 2009.

FONTES DOCUMENTAIS:

REITORIA PUCPR. Plano de desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2017.

VICE-REITORIA ACADÊMICA/COORDENAÇÃO DE CURSOS PUCPR. **Conteúdo Programático de disciplina. Teologia I.** 1 Centro de Teologia e Ciências Humanas. [1983]
Texto em folhas avulsas

VICE-REITORIA ACADÊMICA/COORDENAÇÃO DE CURSOS PUCPR. **Conteúdo Programático de disciplina. Teologia II.** Centro de Teologia e Ciências Humanas. [1983]
Texto em folhas avulsas

PRO-REITORIA ACADÊMICA / COORDENAÇÃO DE ENSINO – NÚCLEO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE CURSOS SEQUENCIAIS. PUCPR **Programação de disciplinas. Teologia I.** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde [1991]. Texto em folhas avulsas
PRO-REITORIA ACADÊMICA / COORDENAÇÃO DE ENSINO – NÚCLEO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE CURSOS SEQUENCIAIS. PUCPR **Programação de disciplinas. Teologia II.** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde [1991]. Texto em folhas avulsas

PRO-REITORIA ACADÊMICA / COORDENAÇÃO DE ENSINO – NÚCLEO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE CURSOS SEQUENCIAIS. PUCPR. **Programação de disciplinas. Teologia I.** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde [1995]. Texto em folhas avulsas

PRO-REITORIA ACADÊMICA / COORDENAÇÃO DE ENSINO – NÚCLEO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE CURSOS SEQUENCIAIS. PUCPR **Programação de disciplinas. Teologia II.** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde [1995]. Texto em folhas avulsas

PRO-REITORIA ACADÊMICA / COORDENAÇÃO DE ENSINO – NÚCLEO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE CURSOS SEQUENCIAIS. PUCPR **Programação de disciplinas. Cultura Religiosa.** Escola de Saúde e Biociências [2016]. Texto em folhas avulsas

PRO-REITORIA ACADÊMICA. PUCPR. Proposta de regulamentação das disciplinas do Eixo Humanístico e do projeto Comunitário [2012]. Texto em folhas avulsas.

CÂMERA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA. PUCPR. **Parecer nº 70/2012.**
Ementa: aprova proposta de regulamentação das disciplinas do Eixo de Formação Humana. Texto em folhas avulsas

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução nº 101/2012 – CONSUN. **Aprova as normas para oferta e realização das disciplinas que compõem o Eixo de Formação Humana nos cursos de graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná [2012].** Texto em folhas avulsas.

PUCPR / GRUPO MARISTA. **Regulamento para aplicação. Trabalho Discente efetivo – TDE 1º semestre 2013.** Texto em folhas avulsas.

ANEXOS





































































